



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIO CESAR GALINDO LOZANO

**TERRITORIALIDADES PERSISTENTES: A RELAÇÃO ENTRE MORADORES E
MORADIAS COM A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES NO “BEIRAL” EM BOA
VISTA, RR**

BOA VISTA – RR

2016

JULIO CESAR GALINDO LOZANO

**TERRITORIALIDADES PERSISTENTES: A RELAÇÃO ENTRE MORADORES E
MORADIAS COM A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES NO “BEIRAL” EM BOA
VISTA, RR**

Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho

Boa Vista, RR

2016

JULIO CESAR GALINDO LOZANO

**TERRITORIALIDADES PERSISTENTES: A RELAÇÃO ENTRE MORADORES E
MORADIAS COM A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES NO “BEIRAL” EM BOA VISTA,
RR**

Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado em Geografia

Dissertação de Mestrado em Geografia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Artur Rosa Filho (Orientador)

Prof. Dr. Antônio Torino de Rezende Veras – UFRR

Prof.^a. Dr.^a. Maria Barbara de Magalhães Bethonico – UNIR

Prof. Dr. Rildo Dias da Silva– UERR

Prof.^a. Dr.^a. Elói Martins Senhoras– UFRR

DEDICATÓRIA

Com muito esforço e carinho para todas as pessoas que apoiaram-me para cumprir meus objetivos. Em especial para meu Professor e amigo Rafael Oliveira da Silva que Deus tenha no Céu ao lado do pai.

AGRADECIMENTOS

À Deus por dar-me a oportunidade de viver esta experiência e por colocar em meu caminho pessoas que foram meu suporte e companhia nesta etapa de minha vida.

Aos meus pais, Daliz Lozano e Julio Galindo, a quem devo a vida, os agradeço por ensinar-me a ser um lutador, dar-me o melhor exemplo da vida e apoiar-me a cumprir minhas metas. A minhas irmãs (Diana, Deisy e Denis) por apoiar-me e estar sempre disposta a ajudar. A minha namorada Andris Mejia por seu amor e apoio incondicional.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), o Grupo Coimbra de Universidade Brasileiras (GCUB) e a Universidade Federal de Roraima me oportunizaram cursar o mestrado no Brasil.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), por apoiar-me e proporcionar a oportunidade de ter está experiência a nível acadêmico e pessoal.

De maneira muito especial ao professor Dr. Arthur Rosa filho e Rafael Oliveira Da Silva, pela confiança, dedicação, paciência, apoio, amizade e sabedoria transmitida no desenvolvimento deste mestrado. Muito obrigado pela extrema contribuição à minha formação profissional e pessoal.

A todos os moradores do Beiral e os órgãos Governamentais que apoiaram com informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

A meu “padrinho Brasileiro” Roberto Tadashi Sakazaki, meus amigos e irmãos Marcus Diego de Miranda Fernandes e Guilherme Silva Rodrigues, pelo carinho, apoio e amizade que Deus lhes abençoe sempre, lembrem-se que na Colômbia tem uma casa donde chegar e um amigo em quem confiar. Gratidão pelos conselhos e recomendações faladas em momentos difíceis.

A toda minha família Centro-americana, Suramericana e Africana, por sua amizade. A Luís, Marden, Jonathan e Ismael, pelo carinho, companhia e apoio que me tem brindado nestes tempo. A Margarita, Alina, Diana, Emília pelas palavras de alento, apoio e força. A meus amigos e amigas, Frank Charles, Alexia Cristal, Cleiry Simone e Georgina, Valmir e Soler, por seu apoio e contribuição em todo momento e lembre-se sempre que “a vida vai e volta mas o que fica é amizade”. A todos obrigado pela extrema contribuição na minha formação pessoal e profissional.

Muito obrigado e uma eterna gratidão a todos vocês.

RESUMO

A pesquisa realizou-se na comunidade do “Beiral”, área localizada à margem direita do Rio Branco, em Boa Vista-RR a qual apresenta problemas ambientais e sociais, também foi embasada com olhar geográfico e multidisciplinar, pois envolveu muitos conceitos das ciências sociais e antropologia para conseguir apoiar teoricamente de conceitos como: espaço, território e territorialidade. Como objetivo geral, buscou-se analisar as territorialidades persistentes no “Beiral” com a ocorrência das enchentes em Boa Vista –RR. Assim, verificou-se por meio da aplicação dos questionários, a percepção dos moradores sobre o “Beiral” e identificar atributos que permitiram descrever melhor o fenômeno. A metodologia utilizada na pesquisa foi uma extensa revisão bibliográfica, aplicação de questionários, conversas informais com os moradores e observação recolhidas. E evidenciou-se que o mesmo “Beiral” é um lugar com ótima acessibilidade a todos os bairros da Cidade de Boa Vista. A comunidade ainda é carente em vários serviços essenciais como saúde e saneamento básico, mesmo assim os moradores têm apreciações que os levam a não querer sair de lá, porque além de ter construído o sentido ao lugar que ocupam e onde experimentam suas vivências e onde sua imaginação, memórias, percepções, desejos, medos e tensões, constroem socialmente e culturalmente um lugar com muito sentimento. Outro elemento imprescindível, demonstrar que a maioria dos moradores persistem em continuar morando no Beiral, pois a maioria não têm condições econômicas para morar em outro bairro, isso quer dizer que a economia e os sentidos de lugar são fatores chaves para que eles persistam em viver nesse lugar. Assim, os aspectos materiais e imateriais são responsáveis iguais das territorialidades desenvolvidas neste lugar, e por último não pode se esquecer que as territorialidades são formas e conteúdos que geram funcionalidades a um sistema e que são compreendidas por elementos, os quais que tem uma finalidade dentro do espaço e atributos que condicionam ao mesmo.

Palavras chaves: “Beiral”. Espaço. Sentido. Lugar. Territórios. Territorialidades.

ABSTRACT

The research took place in the community of "Beiral", an area located on the right bank of the Rio Branco riverside which presents environmental and social problems. The research was based with geographical and multidisciplinary look, because it covers many concepts of social and anthropological sciences to get us support theoretically based work concepts of space, territory and territoriality. As a general goal, sought to examine the persistent territorialities in "Beiral" with the occurrence of floods in Boa Vista-RR. Also, verify, through questionnaires, the perception of the residents about the "Beiral" and identify attributes that allow best describe the phenomenon. The methodology used in the research was an extensive literature review, questionnaires, informal conversations with residents and note taken. In addition, it evidenced that the same "Beiral" is a place with great accessibility to all districts of the city. The community is still lacking in many essential services such as health and others, yet residents have assessments make them not want to get out of there. Because as well as having built the sense of place that occupy and where they experience their livings and where it fits your imagination, memories, perceptions, desires, fears and tensions, build socially and culturally a place with a lot of sentimental. Another important element is that most residents persist in continuing living because they do not have economic conditions to live somewhere else. That means that the economy and the senses of place are key factors to which they continue to stay in this place and are responsible of egalitarian territorialities developed in this place. Finally, you cannot forget that the territorialities are forms that generate content and features to a system that is assumed for elements, which have a purpose within the space and some attributes that condition.

Key words: "Beiral". Space. Sense the Place. Territories. Territorialities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE RORAIMA SEGUNDO A LEI 2495 DE 1955.	43
FIGURA 2 - MAPA DAS MESORREGIÕES DE RORAIMA.	45
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA EM 2010.....	47
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DE ÁREA EM HECTARE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA.	49
FIGURA 5 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA ENTRE OS ANOS DE 1991 ATÉ 2015.	50
FIGURA 6 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE BOA VISTA ENTRE OS ANOS DE 1991 ATÉ 2014.	51
FIGURA 7 - DIVISÃO DAS ZONAS NA CIDADE DE BOA VISTA.	54
FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	56
FIGURA 9 - SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM RESIDÊNCIAS DO BEIRAL, ENCHENTE DE 2011.	58
FIGURA 10 - ENCHENTE NO BEIRAL 2011.	60
FIGURA 11 - PORCENTAGEM DO TEMPO DE MORADIA NO BEIRAL.	63
FIGURA 12 - PALAFITAS E MORADIAS COM MATERIAL DE MADEIRA.	64
FIGURA 13 - PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE MORAM EM UMA CASA.	65
FIGURA 14 - PORCENTAGEM DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	66
FIGURA 15 - PORCENTAGEM DO CHEFE DA FAMÍLIA NO BEIRAL	67
FIGURA 16 - PORCENTAGEM DE PERCEPÇÃO ANTE AÇÕES DO PODER PÚBLICO SOB AS ENCHENTES.	68
FIGURA 17 - PORCENTAGEM DE EXCLUSÃO.	69
FIGURA 18 - PORCENTAGEM DAS RAZÕES DE EXCLUSÃO.	70
FIGURA 19 - PORCENTAGEM DA RESPONSABILIDADE DAS ENCHENTES.	71
FIGURA 20 - PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE MORARIAM EM OUTRO LUGAR.	72
FIGURA 21 - PORCENTAGEM DE PESSOAS IDOSAS.	73
FIGURA 22 - PORCENTAGEM DE NÚMERO DE QUANDOS IDOSOS QUE MORAM NA CASA.....	74
FIGURA 23 - PORCENTAGEM DA RENDA FAMILIAR NO BEIRAL.	75
FIGURA 24 - PORCENTAGEM DE PERSISTÊNCIA DOS MORADORES NO BEIRAL.	76
FIGURA 25 - PORCENTAGEM DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O BEIRAL.....	77

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - ATRIBUTOS DAS TERRITORIALIDADES PERSISTENTES NO BEIRAL.	80
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 METODOLOGIA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.	16
2.1 RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.	16
2.2 O SENTIDO DE LUGAR.	23
2.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE TOPOFILIA E TOPOFOBIA.....	27
2.4 DEFINIÇÃO E ASPECTOS TEÓRICOS DAS ENCHENTES.....	30
2.4.1 TIPOS DE ENCHENTES.....	31
2.5 VULNERABILIDADE, AMEAÇA E RISCO.	32
3 BREVE HISTÓRICO DO ESTADO DE RORAIMA DA CIDADE DE BOA VISTA E DA ÁREA DE ESTUDO.....	40
3.1 HISTÓRIA DA EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.....	40
3.2 EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.	51
3.3 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO BEIRAL A RESPEITO DAS TERRITORIALIDADES PERSISTENTES COM A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES.	62
4.1 SÍNTESE DOS ASPECTOS PESQUISADOS.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE.....	95

1 INTRODUÇÃO.

Esta pesquisa é parte dos resultados do processo de pesquisa iniciado há dois anos por iniciativa própria e como requisitos para obter o título de mestre pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), com a finalidade de compreender as territorialidades persistentes através do fenômeno das enchentes na Comunidade do "Beiral" na Cidade de Boa Vista Capital do Estado de Roraima.

Como é de praxe na pesquisa em Geografia e também nas Ciências Sociais, o processo de pesquisa levou a reformular seu objeto de estudo e sua estrutura conceitual, a compreender os elementos que afetam o sistema para entender e analisá-lo da melhor maneira possível. Então, assim compartilhar alguns dos resultados da investigação que está cumprindo com um propósito inicial.

No percurso da pesquisa foi possível aproximar-se de várias disciplinas cuja relevância da análise e temas suscitou-se inicialmente, resultando em uma grande aprendizagem sobre o tema abordado, criando como resultado elementos relevantes e desenvolvidos por diferentes pesquisadores, através de sua produção bibliográfica de teses de dissertações e artigos, também a criação de laços de amizade e solidariedade com alguns dos habitantes do lugar de estudo e alguns funcionários do governo de diferentes órgãos que ajudaram ao desenvolvimento da pesquisa, mas também pelos tempos ruins como o preconceito do colombiano em áreas com fragilidade social (tráfico de drogas) e esse relacionamento com pessoas traficantes.

Ressalta-se que esse trabalho científico abriu novas perspectivas que ajudou a uma melhor compreensão sob a problemática das enchentes, entendendo que cada elemento cumpre um papel dentro um sistema funcional e dinâmico. O estudo foi resultado de adaptações de um fenômeno natural e de um processo em movimento e que condicionam uma ordem, criando funções que obedecem a uma força do poder e que são o resultado das expressões e percepções dos sujeitos.

Esta pesquisa foi dividido em três partes além da introdução, metodologia, considerações finais e apêndices. A primeira, desenvolve a fundamentação teórica, em conformidade com os temas abordados e entender os conceitos discutidos para não entrar em conflitos onde foram discutidos questões-chave como: espaço, território e territorialidade, os sentidos de lugar, tipos de inundações, ameaça, vulnerabilidade e risco, a segunda parte

descreve um breve histórico do Estado de Roraima, através da compreensão da dinâmica e a evolução da Cidade de Boa Vista-RR, permitindo a compreensão, evolução e a configuração do território, conclui-se com uma descrição e uma caracterização da área de estudo para compreender as práticas territoriais atuais. Por último, apresenta-se os resultados e discussões obtidos acerca da pesquisa de campo para analisar as percepção dos moradores do Beiral e, assim, conseguir sintetizar a compreensão das territorialidades persistentes criadas no Beiral.

É importante deixar claro, que o objetivo geral da pesquisa foi analisar as territorialidades persistentes no “Beiral” com a ocorrência das enchentes em Boa Vista –RR e com isso emergiram os objetivos específicos, tais como: identificar os fatores socioeconômicos (renda, pessoas com necessidades especiais e idosas, chefe da família e número de residentes na moradia entre outros), para entender os fatores materiais e identificar os fatores imateriais (tempo de moradia, percepção de exclusão e satisfação dos órgãos governamentais) e assim analisar, através da aplicação dos questionários, os elementos que permitem entender a persistência da população em residir nessa área antes e depois da ocorrência do fenômeno das enchentes.

Para compreender as implicações de materialidades ou imaterialidades desses espaços, e se as razões para continuar morando são puramente econômicas, ou se tem a relevância dos espaços vividos do ponto de vista imaterial como por exemplo, o sentido de lugar que as mesmas pessoas têm a espaços onde vivem e por último, integrar esses aspectos (material e imaterial) no mesmo grau de relevância para os moradores, outros elementos que ajudam a desenvolver as territorialidades persistentes é pela falta de controle de os órgãos governamentais que procurem uma inclusão da comunidade, a falta de segurança percebida pelos moradores de outros bairros e a “segurança” que eles sentem quando estão dentro dos limites do Beiral. Esses elementos configuram um espaço complexo e dinâmico.

É importante deixar claro que a comunidade do Beiral está exposta a uma ameaça de origem natural como são as enchentes, por isso é imprescindível continuar desenvolvendo pesquisas que permitam ajudar aos sujeitos envolvidos em nesta problemática.

Neste contexto, permitiu-se ter uma visão holística das territorialidades uma vez que realizou-se uma análise multidisciplinar na área do estudo. Assim, as pessoas que estão expostas a este tipo de fenômenos persistem em viver no Beiral, mesmo sabendo que o fenômeno ocorre a cada ano, além de compreender a dinâmica da população. É relevante justificar três aspectos fundamentais nesta pesquisa, como: pessoal, social e científico.

PESSOAL: a escolha do tema esta relacionada à pesquisas anteriores sobre a compreensão dos fenômenos naturais em áreas de risco e na graduação os estudos sempre estavam aplicados a cenários e contextos, tais como: o zoneamento de risco com o fenômeno de deslizamento de terra no Caribe colombiano, zoneamento de riscos naturais em pequenas montanhas ao sul do município de Montería e a aplicação de Sistemas de Informação Geográfica na ocorrência de inundações no meio da bacia do Sinú, e por último continuar estudando para a melhor compreensão dos fenômenos atuais, que são tão fáceis de perceber mas são tão difíceis de descrever.

SOCIAL: É relevante ressaltar que o "Beiral" ainda tem poucos estudos que permitem entender esses fenômenos denominados territorialidades persistentes, como no caso das enchentes. A maioria dos estudos realizados até agora nesta área são puramente descritivos e físicos. Assim, neste trabalho científico, faz-se necessário ter um olhar multidisciplinar para compreender suas implicações no mundo atual e ajudar na compreensão desta realidade complexa e tão palpável, mas pouca estudada.

CIENTÍFICA: Como geógrafo, este estudo tem relevância científica por contribuir para a melhor compreensão dos problemas ambientais que os moradores da área em estudo vivenciam, bem como, entender a relação que essas pessoas têm com a natureza, no meio das condições de vulnerabilidade relacionadas ao tema da ocorrência das enchentes, compreendendo a persistência de habitar nesse lugar. Os resultados desta pesquisa ajudarão a entender melhor os recursos e os problemas que têm essas áreas afetadas pelas enchentes.

1.1 METODOLOGIA.

Os procedimentos metodológicos foram importantes porque ajudaram a entender as concepções, percepções dos moradores, bem como, a dinâmica que os próprios moradores têm, por meio de suas vivências, onde criam espaços com uma carga sentimental no lugar onde vivem, ou seja, no "Beiral" em Boa Vista - RR.

Para cumprir com os objetivos da pesquisa, foi imprescindível construir uma metodologia que fosse idônea, e para isso, foi importante determinar o método de estudo, o qual consiste em um método misto, constituído de dados qualitativos e quantitativo, também definir alguns procedimentos como: revisão bibliográfica, levantamento de informações em órgãos de controle (Prefeitura Municipal de Boa Vista, Secretaria de Estado de Roraima, Corpo de

Bombeiros, Defesa Civil, artigos, dissertações e teses), posteriormente, visita de campo no “Beiral” para a obtenção dos dados, por meio de questionário.

Neste sentido, foi importante uma abordagem compreensiva e interpretativa do objeto de estudo, para averiguar como os indivíduos e suas possibilidades múltiplas de pensar e agir se relacionam e constituem o objeto de estudo da pesquisa. A consolidação dessa metodologia consistiu em três elementos fundamentais:

1. Uma revisão documental, bibliográfica dos elementos envolvidos nesta pesquisa, como: território, sentido de lugar, territorialidades, conceitos de vulnerabilidade, ameaça, risco e também conceitos elementares da Geografia humana desenvolvidos por Yi Fu Tuan (Topofobia e Topofilia). A pesquisa bibliográfica é a etapa principal em qualquer trabalho científico que influêncie todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que dá o embasamento teórico no qual se fundamentará o trabalho.

Também para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se dados da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania de Boa Vista-RR SEMGEP, um trabalho sobre o Perfil Socioeconômico dos Bairros da Cidade de Boa Vista- 2010, da Secretaria do Estado de Roraima, informações relevantes que encontramos em livros, teses, dissertações, periódicos relacionados com as problemáticas atuais da Cidade de Boa Vista e no IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informações como o Censo demográfico de Roraima 2010 e as estimativas até 2014.

2. As informações e representação dos dados quantitativos coletados por meio do questionário, foram aplicados a 129 sujeitos da pesquisa, ou seja, aos moradores com 12 questões, tendo um valor de representação de 20% da população e um valor de confiança de 90%. Neste sentido, é importante falar que segundo informações recolhidas em campo pela própria comunidade a população atual do Beiral é de aproximadamente 645 moradores.

A implementação dos questionário revelou os dois elementos desenvolvidos nesta pesquisa (materiais e imateriais), o elemento material constituiu-se com questões socioeconômicas e os imateriais com questões perceptivas que permitiram entender melhor a problemática desenvolvida nesta pesquisa.

Contudo, a investigação permitiu entender e compreender porque os moradores do Beiral persistem em morar nesse espaço. Segundo alguns pesquisadores, as pesquisas que utilizam o método qualitativo tem que ser direcionadas em procurar descrever os

elementos que conformam um sistema e que, geralmente, não emprega um instrumento estatístico para análise de dados.

Como parte essencial do trabalho foi levado em consideração elementos fundamentais, como: a cultura, as práticas culturais, a percepção do espaço vivido e as práticas que fazem os habitantes dos bairros em seu cotidiano, com a finalidade de identificar se a cultura tem relevância no modo de construção de suas casas, e entender se essas práticas culturais são determinadas pelo ambiente de trabalho ou as condições sócioeconômicas.

3. A última fase refere-se a compilação e análise dos dados coletado em campo e sua interpretação, o qual foram representados em forma de gráficos e por porcentagem com a finalidade de aproveitar melhor todos os dados coletados em campo e entender melhor a dinâmica do fenômeno estudado.

Por outro lado, pode-se falar que a pesquisa de campo esteve fundamentada em documentação direta, e o levantamento de dados foi realizado no local onde ocorreram os fenômenos, com o objetivo de obter informações sobre o problema, ou descobrir novas relações entre fatos por meio da observação. Os atores da pesquisa foram os moradores do “Beiral”, com suas relações, transformações e percepções do espaço, territorialidades e das enchentes que ocorrem anualmente no local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Nesta parte foram abordados três aspectos fundamentais como: os conceitos de território e sua relação com as territorialidades, seguida dos aspectos fundamentais das territorialidades e as teorias de sentidos de lugar, entendidas como aspectos imateriais que correspondem mais uma interpretação de um sentimento, a um lugar onde cria vínculos afetivos e os conceitos de enchentes, tipos de enchentes, vulnerabilidade, ameaça e risco, entendidas como aspectos materiais que correspondem mais a uma resposta socioeconômica.

2.1 RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.

Como parte da Dissertação procurou-se compreender a relação entre o espaço, o território e a territorialidade no contexto do “Beiral” em Boa Vista-RR. Isto pode caracterizar e diferenciar particularidades de cada um, criando associações com uma relação indivisível e indissolúvel.

Esta relação foi evidenciada por vários olhares, baseados em processos, formas, conteúdos e estruturas para procurar uma melhor aproximação aos processos sócio-culturais e sócio-políticos, que constituem e transformam o território no Beiral.

Entre o território e a territorialidade, como fenômenos interdependentes, forma um tipo de relação onde a territorialidade é um elemento constituinte do território, do qual parece que o território não é só um espaço físico ou material. Como material as configurações são dinâmicas e está em constante mudança, e como físico é só uma das muitas dimensões que a territorialidade expressa.

A cidade como território, “requer a identificação dos exercícios de territorialidade que o constituem, que surgem a partir de várias fontes de expressão territorial: público, privado, comunidade civis ou armados, patrimônio histórico e memória cultural; estruturas materiais, organização e configuração espacial; articulações e tendências locais, regionais e globais.” (BIANCHINI, 1990, p. 79).

Enquanto todos estes simultaneamente marcam o território, alguns adquirem maiores ou menores graus de expressão e a consolidação e uma definição de práticas territoriais e relações espaciais. O território é um conceito que torna-se relevante na sociedade

contemporânea, que não tenha cessado de ter controversia, desde as décadas de 50, 60 e 70, até que seu conteúdo político-social, estrategicamente colocada na década de 80 e 90.

Como uma visão crítica (marxista), Henri Lefebvre, a meados da década de 1960, cria um conceito chamado “espaço-receptáculo” onde descreve um tipo particular de relações sociais que se condensa além dos relacionamentos, usa os valores que atendam a necessidades sociais. Atividade humana, considerada como “trabalho em geral a produz de seu espaço, mas ao mesmo tempo, é produzido e consumido como um produto, tendo como resultado o valor e uso” (LEFEBVRE, 1969, p. 748).

Constatando a diferenciação de funções que tiveram estes espaços ocupados ao longo da história, destaca sua diferença específica do conteúdo especializado: espaço comercial, espaço-político, espaço-industrial, da arte entre outros.

A importância do conceito território volta na época contemporânea, onde procuram nova visão que ajude a entender as conexões entre a lógica espacial de interesses e as forças econômicas globais, por um lado, e a lógica territorial dos grupos locais e regionais, as identidades e identificações culturais, organizados territorialmente processos sociais e as exigências correspondentes, por outro.

É necessário interpretar o território em seu duplo papel: “como material e suporte básico de desenvolvimento social e produção social derivada da atividade humana que transforma esse território que serve como uma base o território não é mais aquele pedaço de natureza com as qualidades físicas, climáticas, ambientais, etc. ou aquele espaço físico ou materiais, qualidades funcionais e formais, etc., mas são processos definidos e grupos sociais que transformaram esses espaços para torná-lo parte de sua evolução”.(GOTTMANN, 1973, p. 87).

Geralmente acredita-se que, no processo de constituição de um território, tem que estabelecer um processo de relação das duas esferas, tanto a física como a imaterial. Neste sentido é preciso entender a morfologia, materialidade e espacialidade dos lugares que estabelece e codifica o território: “memória e imaginação, experiências e vida cotidiana, e organização e institucionalização do social, político, legislativo e normativo. A consistência é precisamente a consolidação, o ato que produz, como também a sucessão e a convivência das pessoas que criam esses sentimentos...” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 317).

Neste sentido é importante entender as diferenças que tem os conceitos como espaço e território e para isso, acreditamos que.

O espaço e território não são termos equivalentes, por isso: é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator que ‘territorializa’ o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN 1993, p 143).

Também é importante dizer que segundo Corrêa (1995), “o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. O espaço geográfico é o lugar do homem viver, agir, produzir, socializar suas possibilidades e seus ideais”.

Nesta ordem de ideias é de relevância entender os abordagens que faz Haesbaert (1995), onde analisar ao território com três elementos essenciais: jurídico-político, econômica e cultural, as quais determinam os comportamentos da população e onde se apropriam do território, com a finalidade de exercer o poder e procurar controlar o espaço pelas territorializações, criando produções e reproduções dos espaços em interesse. É nesse sentido que o território volta-se funcional e depende de seus interesses para determinar se resiste para proteger-se ou se protege para resistir.

Contudo, “os territórios ao longo da história sofrem transformações em suas formas e dinâmicas - fluxos, bem como aumentou a complexidade dos seus componentes e de suas relações, ou seja, as multiterritorialidades. Potencializa-se, no atual momento da globalização, novas territorializações e a experimentação do mundo das simultaneidades de território”. (HAESBAERT, 2006, p. 118).

Já definido as diferenças entre espaço e território, é preciso abordar outro conceito chave como é a territorialidade. Segundo Sack (1991), "como a afetação e incidência que marca, define e realiza o controle de um espaço, transformando-o em território. Assim, o território está associado justamente ao sentido que territorialidade dá a um espaço específico e não a todo o território".

Segundo Corrêa (1989) “a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social”.

Os aspectos sociocultural e sociopolítico, no exercício da sua territorialidade, realizados estados de consistência e estabilidade no tempo e espaço e a condensação na memória e a imaginação dos indivíduos. Esse território é configurado dentro de uma dinâmica que incluem

de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e consolidou-se quando tal dinâmica é incapaz de estabelecer um sentido adequado.

Embora o território não dependa de sua permanência na materialidade do espaço ou tempo, neste estudo a dimensão espacial é uma consideração específica, desde que deseja-se reconhecer esses exercícios de territorialidade que compõem espaços da cidade.

Por outro lado, segundo Saquet (2007) “os códigos de território transformam expressões e práticas territoriais de temas, atores e processos em curso, de tal forma que, enquanto os indivíduos e atores marcam território, e este deixa pegadas àquelas disciplinas, de uma relação de interdependência de circulação e intercâmbio mútuo e infinito”.

Ainda de acordo com Saquet (2007) onde fala que “as expressões que são definidas por um certo tempo, em um território específico, onde constituem um sistema de códigos que lhe dão seu próprio sentido”.

Agora bem em outro é importante entender outro conceito chave como são as territorialidades e para isso é preciso entender a Raffestin (1993):

“a territorialidade vai além da mera relação homem-território, uma vez que, tem há a relação social entre os sujeitos sociais, identificadas como um conjunto de relações originadas na sociedade-espaço-tempo. Assim, a territorialidade procede de uma construção social das relações sociais na conformação do território”.

Segundo Azevedo (2014) “a territorialidade compõe-se de temporalidades, é resultado da condição dos processos sociais em influência mútua com a natureza exterior ao homem, é abalizada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas”.

Então, o espaço como território é concebido como um estágio relacionado com a realização de uma territorialidade, pelo qual este consegue torná-lo visível ou detectável (de diversas práticas: culturais, sociais) como expressão de algo, e territorialidade é concebida como forças no exercício dessa forma um espaço dado no território, estabelece códigos que regem o presente. Tais expressões e marcações territoriais podem ser tangível e virtuais, bem como combinar registros pessoais e coletivos.

Na Geografia, geralmente, a palavra território era utilizada para definir ou caracterizar algumas área de terreno com próprios atributos acidentais como: solo, topografia e vida que abriga, minerais, entre outros fatores. A definição de território como espaço geográfico tende a uma complexidade quando se leva em conta a entidade que habita o território (uma

comunidade, um animal, uma planta ou mesmo uma ideia ou uma materialidade), e especialmente quando essa entidade é um ser humano.

Na atualidade, o espaço geográfico é o conjunto de elementos, tais como: social, econômico, político e cultural. Na verdade, é a noção, estadista e ou capitalista, que reduz o território de espaço geográfico, dado pela natureza, a um lugar onde ele vive, é dada para o bem comum. Por outro lado, existem definições para território tentando diferenciar em uma única noção, o elemento natural (*geo-território*) e o elemento antropológico (social), para indicar que o território não é dado pela natureza, mas são pelas interações sociais como esse elemento natural que permitem a criação de um verdadeiro território (CARAGGIO, 1989, p. 180).

Atualmente, essa territorialidade é eminentemente social, como antropológico. Isto porque a territorialidade entenderia como o potencial da gestão de um "pedaço" do espaço geográfico (ou *geo-território*), realizado por relações entre indivíduos, parcerias, empresas, Estados-Membros ou Estados (CARAGGIO, 1989, p. 180).

Assim, no contexto dessa pesquisa, podemos apontar pelo menos três definições de território: o território como um espaço geográfico, território como sustento vital da entidade que habita e o território como uma definição de compostos, elementos naturais e antropológicas, que quer superar as visões anteriores, com a ênfase sobre a natureza antropológico-social da construção territorial. No entanto, sobre a territorialidade, pode concluir-se que cada definição de território, tem um crescente grau de desnaturação, respectivamente.

Segundo Lefebvre (1976) “vivemos em uma época de espaços fragmentados, ou seja, a formação dos territórios na ponta da Revolução Industrial e o fenômeno da urbanização acelerada, onde cada cada vez mais vivemos em conjunto e não somos capazes de imaginar vários territórios”.

A territorialidade refere-se como *"a intenção de um indivíduo ou grupo de afetar, influência, ou controlar as pessoas, elementos e suas relações, definir e exercer controle sobre uma área geográfica"* (SACK, 1991, p. 20) trata-se de identidade, mas ao mesmo tempo é o elemento de controle e poder, não requer ser limitado, primeiro construído no imaginário social e em seguida adota aspectos ideológicos, de acordo com códigos simbólicos que são culturalmente significativos para o grupo.

Entretanto, a territorialidade inclui não só as características de localização, ocupação e transformação do espaço, mas acima de tudo, como eles são concebidos e descritos a partir de diferentes perspectivas, culturais, sociais e intelectuais, é a "principal forma espacial de poder na interação humana, movimento e contato são formas de transmissão de energia e informações a fim de afetar, influenciar, controlar idéias, as ações dos outros e o seu acesso aos recursos" (FOUCAULT, 1991, p. 200).

Cada grupo social tem uma forma de controle e apropriação privada dos espaços que se expressam de maneira em que é distribuído e organizado. O território funciona como um sistema de espaços onde diferentes subsistemas biofísicos, sócioeconômico e político-administrativas não são apenas em estreita inter-relação, mas sob o poder de determinação da estrutura social.

Contudo, territorialidade refere-se às estratégias espaciais que é o uso de seres humanos, a fim de controlar os recursos e influenciar as pessoas por meio de controle de uma área específica, além de uma estratégia de poder, provas ideológica construída a partir da cultura que podem ser pensadas como uma forma de comportamento espacial, ou seja, é um tipo de conhecimento cultural que em termos de (VAN DIJK, 2002, p. 60) "*crenças são conhecimentos inquestionáveis, da mesma forma que o conhecimento cultural é aceito pela Comunidade cultural*"

Análise de territorialidade humana realmente incide sobre as causas, consequências sociais e culturais que levam uma sociedade a ser enraizada geograficamente, a compreensão encaminha-nos para adquirir sobre os contextos geográficos de lugar, espaço e tempo que é influenciar, controlar um território específico.

Territórios políticos, propriedade privada da terra podem ser mais familiares formas de territorialidade, no entanto, vem em diferentes graus e variantes, bem como inúmeros contextos sociais, sendo a principal expressão geográfica de poder social, é o veículo pelo qual relaciona o espaço com a sociedade. Nesse sentido, torna-se um meio de reprodução das ideologias, na medida de legitimarem os poderes, mas também porque "*consistem em aqueles geral e abstratas, sociais e crenças compartilhadas por um grupo, que controlar e organizar conhecimentos e opiniões (atitudes) mais específicos para um grupo*" (VAN DIJK, 2002, p. 60).

Um espaço adquire categoria de territorialidade, quando atinge e delimita de qualquer ordem material ou simbólica, o personagem da fronteira que tem a função para controlar o acesso e seus elementos influenciando suas atividades, isso requer esforço constante para configurá-lo e mantê-lo, podendo lidar com um território específico e assim deixar findar-se e dar origem a outros, ele cria uma espécie de lugar.

Enfim, em outros tipos de lugares a territorialidade é dinâmica e multifacetada, rompe com a idéia de um espaço euclidiano, fechado em um conteúdo para dar origem a uma idéia do espaço de balanço, complexo, multi-escala, ou seja, o espaço torna-se para os indivíduos e o grupo social o "*sentido de lugar [...] da Dialógica natureza da relação das pessoas com um lugar e as formas poéticas em pessoas constrói para o espaço, lugar e tempo*" (OSLENDER, 2002, p. 89).

Maior parte dos territórios são organizados em um espaço geográfico, mas estão sempre em movimento. Portanto, a territorialidade humana também está em movimento, e sua função de limites como marcadores de identidade, pode ser a forma apenas simbólica que combinam e apontam na direção do espaço e na sua posse ou exclusão. A construção da territorialidade a leva a fenômenos naturais, humanos e culturais, atividades que ocorrem no espaço e situações, formas e orientações espaciais.

A análise espacial estabelece relações mútuas entre eles com a paisagem e suas propriedades espaciais, dando-lhe um sentimento de profunda identidade para o grupo e os indivíduos.

A paisagem é um fato simbólico para as sociedades que viveram nela e são consideradas como parte integrante do mesmo. Neste sentido,

“as práticas produtivas, são a caça, a coleta ou agricultura, o local de uma vila ou uma cidade, traçando um caminho, ou a delimitação de um território vai ser sempre condicionada por uma série de decisões de ordem simbólica que irão dar a paisagem características, a organização do espaço geográfico e ficarão sujeitas em todos os momentos nesta condição” (OSLENDER, 2002, p. 89).

Nos processos de apropriação do espaço, as categorias de percepção do mundo são fundamentais porque são caracteres que permitem construir relacionamentos como identidade de relações e, portanto, significa o território, primeiro como um espaço subjetivo, que está envolvido, porque os meios de sobrevivência, mas como espaço objetivo, como um espaço marcado, como um espaço designado, como "*habitus*" em termos de Bourdieu (1990, p. 309),

porque não sobrevive, mas principalmente estabelecidas relações sociais fundamentais que são compilação de reprodução social, ou seja, relações de vinculação, nesse sentido, as territorialidades humanas podem persistir ou podem mover para conformidade com fatores ambientais, físicos e culturais social e econômica.

O primeiro desafio desta pesquisa, foi a definição de espaço, desde que em primeiro lugar, na verdade, concebido como um espaço limitado, isto refere-se a nós para definir seus limites, talvez reduz a articulação dos fenômenos que ocorrem com outros níveis de análise do mesmo espaço. No entanto, é “uma categoria útil, como limite permite então supor que este espaço é continha vários elementos e que é possível conhecê-los, talvez o desafio teórico, portanto, é como lidar com os elementos de ordem material com a ordem simbólica” (PÉREZ, 2002, p. 168).

É por isso, que “o espaço como um todo, forma uma série de elementos que contêm aspectos importantes e funcionais, mas também pode ser contido por elementos adicionais, como: economia, política e religião” (SANTOS, 1976). Então tem a necessidade de fornecer um conteúdo específico.

O espaço é incorporado nas relações sociais, não podemos esquecer que sempre é socialmente construído. Neste sentido, adquire um sentido que envolve vários níveis de razões e significados, que chegam até as implicações políticas. Então, o conceito de distância, como uma categoria chave, não considera as relações e os contextos sociais que surgem no território, refere-se a uma simples descrição dos elementos contidos, no processo de consolidação do mesmo.

2.2 O SENTIDO DE LUGAR.

Para utilizar melhor os conceitos que serão tratados neste subitem é preciso salientar que de acordo York (2005, p. 67) onde descreve que "a maioria da população da América vive em movimento das zona rural para a cidade que não é meramente quantitativa, mas é o começo de uma história cultural heterogênea, isto forma enormes estilos de vida, diversos modos de habitar, estrutura muito forte em sentir e viver", produzindo uma sinergia estrutural expressada em múltiplos sentidos que os espaços geográficos adquirem com o desenvolvimento dos fenômenos e que trocam as maneiras de viver e pensar na cidade.

Isso resulta em uma realidade complexa que se move entre as diferentes esferas de conflito de violência social, agravada por forças políticas ou econômicas, com efeitos trágicos sobre as escalas nacionais, federais, estaduais e municipais, territórios que estão acumulando capital de alguma forma.

Nesta ordem de ideias, é importante adaptar o conceito de Bosque e Sendra (1992, p. 124), onde apresenta que "a realidade precisa ser interpretada e entendida de vários aspectos teórico e metodológicos, que possa desafiar o mundo aparentemente esta desorganizado e fragmentado, mas basicamente é um produto de diversos processos de estruturação do espaço e do seu sistema sociocultural".

Cabe destacar que "a geografia está interessada mais pela forma de suas coisas que por sua formação. E seu domínio não foi a dinâmica social que cria e transforma coisas mas já cristalizado" (SANTOS, 1996a, p. 27), deixando descoberto algo que parecia paradigmaticamente bem da posição dos vários atores em ciência econômica, antropológica, sociologia e geografia, para tentar procurar uma ordem na sociedade sem saber a estruturação de processos e formas de sentido que tem certos espaços.

Por outro lado, "cidades adquiriram uma forma de expressão que não é unitária, pois ocorre da mesma forma hoje, encontrando resistência dos espaços internos de estruturação e desenvolvimento" (LEFEBVRE, 1969, p. 748).

Neste sentido, é importante mencionar o que diz Oslender (1999, p. 16).

“uma unidade analítica pode ser abordada de uma estrutura teórica e metodológica que integra três dimensões fundamentais em que a realidade de uma cidade, tais como: sociais, históricas e espaciais, o sentido a este conceito, embora é chamado de uma realidade que parece óbvia, tem uma carga de codificação que não pode interpretar, descrever ou entender todos os sentimentos vividos, criados e percebidos nesses espaços”.

Oslender (1999, p. 16) conceituou de forma densa, o sentido de lugar "orientação subjetiva decorrente de viver em um lugar particular", então, as relações com a localização dos sujeitos e de determinados espaços dentro de um período de tempo, é afetado por forças externas e internas que procuram estruturar uma forma de sociedade em uma temporalidade e um espaço definido.

Neste sentido, os sentidos de lugares procuram obter uma importância oportuna e entender os significado social do espaço. Neste aspecto aparecem:

“Como um jogo de forças, cujos componentes podem ser por um lado, a presença de forças estruturais ou interesse que caem fora do controle do indivíduo e do grupo. Estas forças estruturais tendem a objetivação da vida, a vida cotidiana e como consequência desse espaço como outros objetos, são produtos das atividades humanas e, por isso, as formas espaciais das classes sociais e de acordo com o modo de produção dominante representam seus interesses... Além dessas forças estruturais que tendem a criar um modelo territorial, em conformidade com os interesses hegemônicos existentes no homem outra forças mais ou menos desenvolvidos, dependendo do grau de alienação que incitá-lo a reafirmar-se, para encontrar a identidade e enraizamento com o lugar. O jogo destes vetores produz uma força resultante que podemos chamar de lugar” (ESTEBANEZ, 1995, p. 53).

Este sentido de lugar pode ser encontrado dentro de cada grupo social o qual neste caso a pesquisa refere-se a região do "Beiral" Boa Vista - RR, porque dependendo da classe social e cultural, pode gerar diferentes formas, conteúdos e estruturas de interpretação e supor que a lógica pode ser interna e externa e que sua forma social pode ser associativa, a fim de dominar e assumir espaço com diferentes grupos que são definidos por certas características comuns.

Por outro lado, o sentido de lugar,

"É resultado das expressões visíveis e invisíveis, ambas marcam-se em registros individuais ou coletivos, que se combinam com as identidades, como: vivências, memórias, percepções e imaginações dos sujeitos que nele habitam e registram uma história vivida, mas também são influenciadas pelas forças políticas, econômicas, culturais, sociais, históricas e tecnológicas" (ECHEVERRÍA, 2001, p. 222).

Assim são estabelecidas as trocas internas e externas pois, segundo Echeverría (2000, p. 12) onde descreve uma “ordem lógica, moral e estética que está situada na racionalidade entre diferentes grupos sociais e em toda essa estrutura do sentido de lugares.”

Considerando que “...o homem constrói sua própria natureza, ou seja, homem produz e reproduz seus próprios espaços”, onde os seres humanos podem criar suas próprias interações com uma ordem ambiental, social e cultural, cada um desses processos são construções das realidades e que estão sendo impostas por um líder ou representante do grupo social, ou falada por gerações, em que sujeitos interagem entre si (BERGER E LUCKMANN, 1997, p. 69).

Isto significa que uma ordem social não é considerada como externo ou interno é imposta ao indivíduo, mas ele aparece através de uma relação humana como a dialética.

Como objetivo fundamental é entender a dialética, como um aparato cognitivo para o ser humano, ou seja, podendo classificar os objetos com a finalidade de representar uma realidade momentânea e promover uma memória induzida por certas experiências contidas no passado ou transmitidas por gerações.

Esse processo também é transmitido de geração em geração através do fio conector da linguagem e as práticas culturais, criando práticas ou conhecimento de determinadas formas de agir ou acreditar em algo, criando religiões ou crenças, é através desta relações que criam interações na vida cotidiana, cobrando a importância na vida do ser humano.

De acordo com Berger e Luckmann (1997, p. 70),

"A realidade da vida cotidiana é partilhada com os outros, sendo a situação 'face a face', a mais importante interação de experiências sociais é aquela que deriva de todas as outras situações de interações que são medidas pela linguagem e campos de significados que organizaram os grupos sociais de acordo com suas doutrinas, crenças e símbolos, que conseguem fazer a realidade social atual".

Nas linhas escritas acima, tem como finalidade revelar que "o homem produz e reproduz os espaços, permitindo por meio da linguagem essas interações que compartilham muitos significados e que determinam as realidades criadas, vividas e percebidas" (AGNEW, J.; DUNCAN, J.,1989, p. 89).

Estas relações entre diferentes indivíduos e grupos sociais são as que permitem essas construções de experiências, criando os significados dos determinados espaços ou lugares é precisamente onde fica a finalidade desta discussão e que para o grande geógrafo brasileiro (SANTOS, 1996b, p. 33) "a Geografia e ciências sociais procuram construir uma ciência analítica dentro de determinado espaço geográfico".

Por outro lado, os sentidos do lugar são estruturados por um conjunto de forças externas, internas, lógicas e sociais que através da linguagem e essas experiências em determinados espaços, cria uma interpretação de hoje, de acordo com uma realidade local específica e expressa no imaginário social, como confirmou Pintos (1999) "são aqueles esquemas, construídos socialmente, que nos permitem perceber algo tão real, explicar e intervir, operacionalmente, em que cada sistema social é considerado como uma realidade", tendo como ambiente direto "... os universos simbólicos são construtores de legitimidade social, que procuram um instrumento básico para construir um imaginário que permite uma realidade individual e a percepção abstrata da realidade". Tudo isto, também pode ser entendido como um imaginário que nos permite perceber algo como real no contexto de nossa experiência cotidiana.

Além disso, estas determinadas referências interpretativas que permitem uma localização social, uma certa identidade do sujeito baseada na ideia de que,

"Identidade não é imutável, ou da pureza de sua origem, tudo isso é um círculo fechado: (é móvel, transversal, simultânea, segmentado), e aberto: (focado e descentralizado, com forças centrípeta ou centrífuga), que coexiste e também que integram dimensões espaciais amplias e pequenas que permitam criar experiências nos espaços com muitos significados" (ECHEVERIA, 2001, p. 226).

É importante falar que a identidade é um fator fundamental da cultura, que cria contextos sociais definido pela linguagem, e também pelas características de um grupo de indivíduos que procuram um desenvolvimento e equilíbrio desses espaços.

No entanto, "o sentido de lugar leva a uma grande variedade de escalas de tempo na apropriação dos espaços, de forma simultânea criando experiências que permitem ao sujeito uma acumulação de realidades sociais que articulem contextos específicos sócio temporais" (BIANCHINI, 1990, p. 79).

Essas temporalidades são umas "dimensões temporais da análise onde permitem compreender as relações entre os diferentes atores da sociedade e propõe uma nova possibilidade de interpretar os fenômenos em suas dimensões complexas, cobrindo assim a construção e os sentidos do lugar" (BONETTI, 1994, p. 40).

Finalmente, o sentido do lugar é importante para este estudo, pois nos permite tentar entender e explicar a persistência dos moradores em espaços inundáveis, como na região do Beiral na Cidade de Boa Vista, com a finalidade de definir uma fundamentação teoria que justifique os processos atuais e entender esses fenômenos tão fácil de olhar mas tão difícil de descrever.

2.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE TOPOFILIA E TOPOFOBIA.

Na atualidade, um dos aspectos mais preocupantes colocados pela globalização é sua teoria particular do lugar, é onde supostamente e uma "construção de sociedades e governos fortes, onde tem uma estreita relação entre a construção dos lugares que são habitados pelas percepções e as que têm determinados lugares" (ROBERTSON, 1995, p. 30).

No entanto, é preciso entender a globalização como um "espaço controlado pela estratégia, principalmente, na determinação de lugares estratégicos capazes de oferecer um número de vantagens comparativas ao mercado na forma de promover uma decisão em relação à localização ou realocação de capital" (ROBERTSON, 1995, p. 26). Assim neste ponto,

conceitos são utilizados para definir "lugares ganhadores" que só podem ser entendidos do ponto de vista que deveria para atender a uma teoria específica e consistente do local e aproveitar a ou máximo suas vantagens.

Nesta base, se aborda a questão da construção coletiva do território ou espaço, como parte da teoria do lugar, em que

"Tudo e todos, sem exceção, tenham um lugar e aspirações na sociedade de hoje, onde a concentração de pobreza, e os desequilíbrios sócio espaciais, as injustiças sociais e degradação ambiental são provas da enorme distância entre um projeto social coletivo que assegure os direitos da população e outrora, a ausência da finalidade de execução desse projeto por parte do Estado" (GOTTMANN, 1973, p. 87).

A presente pesquisa procura analisar as territorialidades persistentes no "Beiral" com a ocorrência de enchentes em Boa Vista –RR, assim como, compreender a natureza do espaço, vivido, criado e percebido, a partir de diferentes premissas onde as possibilidades de representação são infinitas já que são criadas pelas vivências e isso podem ser boas ou mal, isso se supõe uma teoria prévia de colocar os seres humanos em suas vidas diárias, para olhares espaços carregados de sentimentos e significados.

Para explicar essa dimensão especial da condição humana, tentaremos esclarecer neste momento a teoria do lugar, com as diferentes teorias ou conceitos que nos permitem ter ideias e estratégias concretas, a fim de compreender especificamente os problemas complexos da vida humana, com todos os seus significados e conotações.

De início cabe definir o conceito de Topofilia, que foi utilizado pelo geógrafo Tuan (1974), que constituiu sua própria definição do conceito, e define como um tipo de sentimento ou relevância (afetiva-emotivo) que os seres humanos têm a lugares com os quais se identificam, isso tem a ver com a maneira em que um indivíduo ou grupo de indivíduos se relacionam com esses espaços criando suas percepções e usando seus atributos que caracterizam os laços emocionais do ser humano com esse ambiente imaterial, cada um destes pode ter diferentes intensidades de acordo com suas experiências.

Desta forma, a ideia de um lugar que queremos é nossa própria ideia de Topofilia, e que seja um lugar com muita carga de sentimentos vívidos onde crie espaços que representam uma experiência relacionada com um fato em algum tempo.

Nesta perspectiva, um discurso muito importante neste trabalho é a Geografia humana, onde o ser humano assume muitos significados, mas isso sempre sugere uma orientação, porque

o espaço vivido cria relações com os outros sujeitos. Por outro lado, é muito importante incluir os conceitos abordados pelo geógrafo humanista YI FU TUAN e clarificar a sua relevância neste trabalho.

O trabalho de Tuan, Topofilia, descreve um estudo da percepção, atitudes e valores de seu ambiente (1980) no qual ele expõe a complexidade dos sentimentos envolvidos em determinados espaços e qual definiu como (Topofilia e Topofobia), estes sentimentos são difíceis de identificar e caracterizar.

Os sentimentos topofilicos são aquelas áreas onde experimentar o sabor agradável, boas experiências como: amor, felicidade, boas lembranças e aspectos agradáveis à vista.

Por outro lado, os sentimentos Topofóbicos são aqueles representa o oposto (ódio, tristeza e lembranças ruins) e um outro aspecto importante é também a estética, quando lugares são pessoas feias e desagradáveis. A falta de segurança nas cidades pode ser um Topofóbico importante, que tem levado muitas pessoas a sair de um lugar em busca de outro.

Nesta base, concorda-se com Tuan (1977), sua ideia de que nossa compreensão do espaço vivido não necessariamente passa pela compreensão que a gente tenha ou de nossa relação emocional, porque assim seria uma simples relação emocional com seus atributos, mas ele vai voltar para a própria dimensão real do espaço vivido onde cria experiências, onde percebidos espaços e cria grandes significados.

Nesta perspectiva, a Topofilia luta pela construção de uma ideia de dignidade, menos focado em atributos do espaço e na avaliação da relação que diferentes indivíduos podem estabelecer, com eles mesmos e com os outros, graças a maneira como habita seu espaço.

Para mais se centrar em modos de viver é necessário compreender "habitação ou moradia como um evento possessivo e não, meramente, progressivo, porque este conceito (progressivo) tem uma carga ideológica e econômica real, que embaça a possibilidade de livre escolha e mobilidade" (YORY, 2001, p. 67).

Com base no exposto, não podemos esquecer a definição de Topofilia, onde temos um "sentimento" a lugares específicos é que a maioria das pessoas aceitam como de sua propriedade exclusiva e também de sua identidade cultural.

Nesta base, pode-se dizer que um bairro, distrito, estado, rua, município ou cidade, são, muitas vezes, na dimensão social ou espacial, ou seja, a maioria dos habitantes se identificam

com esses espaços a ponto de chamá-los como seus. Outro elemento adicional a toda esta fundamentação conceptual são os sistemas políticos, econômicas e sociais que controlam um jogo de interesses.

Contudo, fundamental é deixar claro qual e a finalidade da Geografia na construção desses espaços geográficos é entender como esses espaços são socialmente construídos, para compreender as questões atuais, como os abordados neste trabalho. É essencial esclarecer qual e principal objetivo da geografia atual, para ninguém é segredo que a geografia estuda as relações entre homem e natureza, entendendo suas relações e suas vivencias, criando um contexto espacial, social e histórico, que reproduz os sentidos do lugar e que exigem que sejam em um análises compreensivo e pluridisciplinar como só a Geografia sabe fazer.

2.4 DEFINIÇÃO E ASPECTOS TEÓRICOS DAS ENCHENTES.

De acordo com o Glossário Internacional de Hidrologia (OMM; UNESCO, 1974), a definição oficial de enchentes: "aumento da água acima do nível normal ". Neste caso "nível normal" deve ser entendido como a elevação da superfície da água que não causa dano, ou seja, enchentes é um maior do que o habitual, com a elevação dos margenes, então pode levar a perdas.

Por outro lado, a crescente é definido como "um rápido e geralmente breve elevação do nível da água em um rio ou córrego para um máximo do qual esse nível desce a um ritmo mais lento" (Organização Meteorológica Mundial; UNESCO, 1974). No entanto, esses aumentos ou diminuições representam o comportamento do escoamento em um rio.

Contudo, refere-se as enchentes como aquele acontecimento que o fenômeno das precipitações das ondas, maré de tempestade ou qualquer estrutura hidráulica falha provoca um aumento do nível da superfície livre da água dos rios ou do mar, gerando a invasão ou penetração da água em lugares onde normalmente existem pessoas habitando, gerando danos à população no setores da agricultura e infra-estrutura.

Mesmo antes do aparecimento do homem sobre a terra, o ambiente físico manteve um equilíbrio. Logo após o aparecimento dos seres humanos, foram desenvolvidos assentamentos pelo próprio homem, de acordo com as condicoes do ambiente, ou seja, perto de de corpos d'água facilitando sua sobrevivência, outrora gerando problemas ambientais, como: a

degradação do ambiente, desmatamento para construção de moradias, erosão, etc., modificando a ocorrência e a magnitude das enchentes como resposta de equilíbrio das bacias hidrográficas (CENAPRED, 2004).

Além disso, as enchentes são identificadas como um fenômeno natural, ameaça ou perigo natural, este último é entendido como o grau relativo de probabilidade de ocorrer um evento perigoso ou ameaçador (MASKREY, 1993), que neste caso são as enchentes. O nível de perigo depende a magnitude e a ocorrência e a correlação entre os fenômenos naturais envolvidos no desenvolvimento das enchentes.

2.4.1 TIPOS DE ENCHENTES.

É importante identificar os tipos de enchentes para entender qual delas ocorre e afeta a Cidade de Boa Vista. A precipitação e o tipo de relevo são dois dos fatores físicos que causam enchentes, tendo esta consideração, o centro nacional de prevenção de desastres (CENAPRED, 2001). Pode-se classificar as enchentes de acordo com sua origem e essa pode ser de tipo fluvial (rio) ou litoral (oceano), a primeira surge com precipitação que ocorre em zonas das bacias hidrográficas e cumprem o papel de equilíbrio depositando águas nas áreas da mesma bacia, esse fenômeno pode piorar em áreas onde habitam pessoas e geralmente são terrenos planos com falha ou falta de drenagem. O segundo tipo são as enchentes costeiras, estas ocorrem quando o nível do mar sobe devido a maré e permite penetrar no interior, nas zonas costeiras, gerando cobertura de grandes extensões de terra.

A principal causa de uma enchente do rio, é a presença de chuva abundante e persistente, é por esta razão que, quando em uma bacia hidrográfica, as chuvas caem, pode estar certo que apresentará uma enchente cuja a conduta e magnitude dependerá de diferentes causas, tais como: intensidade e duração da precipitação, associada a um fenômeno meteorológico (depressão tropical, tempestade tropical, frente fria de norte, etc.), permeabilidade do solo, relevo, morfologia, vegetação de encostas e disposição dos afluentes (CARDONA, 2001).

Finalmente, de acordo com os conceitos dos dois tipos de enchentes abordados anteriormente, identificou-se principalmente o tipo fluvial (rio), que afeta a área urbana do Município de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, no Brasil.

2.5 VULNERABILIDADE, AMEAÇA E RISCO.

As relações espaciais humanas e concepções sobre o espaço, dá a intenção que esses relacionamentos não são neutros, as pessoas simplesmente têm que interagir no espaço e movê-lo tentando minimizar essa realidade social. Uma característica da realidade social da década de 1990 é a vulnerabilidade, porque além das condições de pobreza e renda, concentração, de nosso sistema econômico, o mercado globalizado e retirada produtiva e social do estado, geraram um aumento de desamparo e insegurança para a grande maioria dos indivíduos e famílias de baixa e média renda que se distinguem por uma exposição notável, especialmente em áreas urbanas.

Neste sentido, a assembleia geral das Nações Unidas, com base no relatório do Comitê de segundo, chamado "vulnerabilidade e desastres naturais", os compromissos continham na declaração de Hyogo 2005-2015. Destaca-se: a redução do risco dos desastres naturais, incluindo a redução da vulnerabilidade, é um elemento importante que se aplica a vários setores e contribui para a consecução do desenvolvimento sustentável.

Reconhecendo ainda que algumas medidas para reduzir o risco de desastres no âmbito do quadro de Hyogo para ação promovida, também pode apoiar a adaptação para iniciativas de mudança climática e salientando a importância de reforçar a resiliência das Nações e comunidades às catástrofes naturais através de programas de redução de risco de desastres, sublinhando a importância de promover a implementação do plano de desenvolvimento sustentável e suas disposições sobre vulnerabilidade, avaliação de risco e gestão de desastres.

Salientando, também, a necessidade urgente de desenvolver mais profundamente e usar o conhecimento científico e técnico existente para reduzir a vulnerabilidade às catástrofes naturais, tendo em vista as necessidades dos países em desenvolvimento. Neste sentido, requerer a todos os países que incentivam a investigação científica e a formação de especialistas em universidades e instituições especializadas visando promover o intercâmbio de informações.

Dentro de um relatório mundial sobre o desastre de 2010, chamado "lacuna da vulnerabilidade", onde o eixo principal foi a necessidade de analisar as áreas urbanas por que eles enfrentam um aumento do risco de desastres e o que isso implica para o desenvolvimento e a redução do risco.

Esta lacuna é devido a dois fatores: por um lado, a falta de experiência e capacidade financeira das autoridades urbanas para reduzir riscos e vulnerabilidades, por outro lado, a alta proporção de domicílios urbanos e comunidades, cuja capacidade de redução do risco é limitada pelo rendimento insuficiente e influência política.

Agora bem, “A crise da pobreza urbana, que traz um rápido aumento de assentamentos informais e um número crescente de desastres, é devido a incompetência dos governos para adaptar suas instituições à urbanização. Também faz parte da incapacidade das agências de ajuda de apoiá-los para que eles fazem, a maioria destas organizações não tem políticas urbanas ou que tem inadequada e, por um bom tempo, eles estavam relutantes em apoiar o desenvolvimento urbano em uma escala suficiente” (WILCHES, 1993, p. 40).

Outra grande preocupação no mundo é o fato de que, pela primeira vez em nossa história, mais da metade da população do nosso planeta vive em áreas urbanas, isso é impossível de controlar, outra problemática atual são as zonas de ecossistemas deterioradas pela construção de moradias e também pela atividade econômica, por tudo isso a capacidade de acesso à saúde pública, alimentos e água e causou a perda de meios de subsistência e a degradação ambiental, afetando a segurança humana e desenvolvimento. Por tudo acima mencionado, a OIM no Summit em 2009 realizada em Genebradisse, mencionou que a redução das vulnerabilidades das comunidades de desastres naturais em todo o mundo terá um papel fundamental para enfrentar muitos dos desafios colocados pela população deslocada devido a um súbito desastre ou de crescimento lento.

De acordo com Wilches (1993), no Brasil, bem como outros países da região, tais como: Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile e Colômbia têm características semelhantes no que se refere à localização de suas cidades, condições geomorfológicas e meteorológicas, aspectos que tornaram-nos vulneráveis à ocorrência de terremotos, enchentes, secas, entre outros, bem como eventos que gerou prejuízos sociais e econômicos graves.

Ainda de acordo com Wilches (1993), onde foram desenvolvidos na cidade de Quito, Equador, reuniões de diretores e representantes dos escritórios da conta de catástrofes e de cooperação internacional dos ministérios da saúde da área Andina, discutiu a necessidade de estabelecer a nível regional, uma estratégia coordenada, incorporando as iniciativas dos países e agências de cooperação na preparação e resposta a desastres e a fim de contribuir para a redução do risco e o impacto dos desastres naturais e antropogênicos que podem ocorrer no território da área Andina, através da coordenação e promoção de políticas, estratégias e planos, bem como a promoção de atividades na prevenção, mitigação, preparação, cuidados de

catástrofes, reabilitação e reconstrução, através de cooperação e assistência mútua e o intercâmbio de experiências no campo.

Segundo Wilches (1993), resalta-se um motivo para promover a formação de recursos humanos especializados em diferentes tópicos, bem como quanto ao reforço dos sistemas de cuidados e prevenção de catástrofes. Este plano é focado na coordenação e otimização para melhorar a preparação e resposta conjunta, dos órgãos envolvidos para tentar superar os efeitos adversos das catástrofes.

“Desta forma, a fim de lidar com todos os tipos de riscos tem sido concebidas estratégias diferentes com base em uma política de prevenção e atenção buscando não só educar a população e entidades diferentes sobre os riscos, mas que além disso que visa conceber mecanismos condizentes à eventualmente e efetivamente lidar com esses riscos.” (WILCHES, 1993, p. 40).

Uma parte dessa política é a criação de comissões de prevenção e atenção à desastres, para efeito de maior eficiência eles precisam ser de maneira descentralizada e organizado seguindo uma ordem cronológica de relevância e obedecendo uma hierarquia, como por exemplo: Comitê Nacional de prevenção e atenção de desastres, as comissões regionais que funcional nível de estado e nível municipal.

Neste sentido, o sistema nacional de prevenção e atenção de desastres adota o conceito de desastre, como lesão grave ou de grave alteração das condições normais da vida, em uma área geográfica determinada, causada por fenômenos naturais e efeitos catastróficos da ação do homem, acidentalmente, que exige, portanto, especial atenção das agências do estado e de outras entidades humanitárias ou serviço social, de acordo com o Decreto 919 (1989, p. 8).

As ciências sociais tem considerado as catástrofes como resultado de processos sociais identificáveis no tempo e no espaço, que são devido a uma série de fatores, tais como: pobreza, falta de planejamento e de conhecimento entre outros.

Deste ponto de vista, é possível investigar a responsabilidade dos diferentes atores em um desastre. A definição proposta por Kreps (1990) e Lavell (1994) é uma contribuição para para as ciências sociais no que se refere o que é um desastre pois, nesse período onde ocorre o fenômeno, onde configura-se um momento de stress social no tempo e no espaço, no qual as sociedades ou componentes básicos (comunidades, regiões, etc.) sofrem danos ou perdas físicas, graves alterações em sua operação de rotina de vida.

Tanto as causas e as consequências do desastre são o produto de processos sociais que operam no interior da sociedade. Nem todos os autores descrevem que o evento físico tende a se tornar um desastre porém, quando esse evento excede não temos como controlar (SAAVEDRA, 1996).

De acordo com o geógrafos clássicos mundiais, *fenômeno natural*, refere-se a todos os fenômenos atmosféricos, hidrológicos e geológicos que, por sua localização, gravidade e frequência, podem afetar adversamente os seres humanos, suas estruturas e suas atividades. Em áreas onde não há nenhum interesse humano, fenômenos naturais não são uma ameaça ou não resultar em desastre, apesar do fenômeno natural do termo, é importante entender que a intervenção humana pode aumentar a frequência e gravidade dos eventos naturais, causar perigos naturais onde há não antes e diminuir a capacidade de um ecossistema de proteger terremoto, como no caso de enchentes e deslizamentos de terra.

Comungando com Herzer (1984), as catástrofes são um processo social, induzido por um evento físico que ocorre na área geográfica determinado e preciso de tempo. O fenômeno natural é um fenômeno físico que por si só não é causa do desastre, mas que se originam, como populações vulneráveis afetadas por ela. O desastre é desencadeado por fatores políticos, sociais, econômicas e ambientais que se combinam para minar a capacidade de uma sociedade e seus ecossistemas para suportar esforços.

A *ameaça* é definida como a probabilidade de um fenômeno natural ou sintética, ocorrendo em um determinado tempo e região, que não é adaptado para lidar com esse fenômeno sem ferimentos. De acordo com o tipo de fenômeno que origina-os, ameaças classificadas como naturais, natural e antropogênico ou tecnológico parceiro (WILCHES, 1998).

No caso deste estudo, destina-se a provar que, devido a processos ambientais, sociais, econômicos e políticos, grande parte da população vive em condições de ameaças de vulnerabilidade. Vulnerabilidade manifesta-se no local das casas num ambiente físico suscetível a ameaças, edifícios inseguros, grande fragilidade em sua família e falta de economias coletivas de serviços básicos, falta de acesso à propriedade e crédito, poluído ambiente, poucas oportunidades, entre outros.

Vulnerabilidade é entendido como a fraqueza contra ameaças ou "incapacidade de resistência" e "falha na recuperação". Quando os grandes desastre ocorrem, não dependem só

da convivência com as ameaças, mas dos vários fatores presentes nas cidades. A interação desses fatores foi denominada uma vulnerabilidade global. Isto implica que a vulnerabilidade global é apresentada como um sistema complexo, dinâmico e mudança de cada população (WILCHES, 1998, p. 80).

É realizada a análise de diferentes pontos de vista ou vulnerabilidades, tais como: natural, físico, econômico, social, político, ideológico, técnico, cultural, educacional, ecológico institucional deste qualquer fenômeno natural, mas que será desenvolvido neste trabalho serão somente as enchentes.

Sabemos, que o risco expressa consequências negativas (danos e/ou perdas) do tipo econômico, social ou ambiental que pode surgir em caso de ocorrência de um desastre, da capacidade da população para suportar ou recuperar a partir deles (WILCHES, 1998, p. 80). O risco é caracterizado por:

1. É dinâmico e em constante mudança, como também são os ingredientes que produzem-lo dinâmico e em constante mudança.
2. Ele é diferenciado, na medida em que ela não afeta da mesma forma todos os atores presentes na mesma comunidade ou todos os membros da Comunidade têm a mesma percepção do risco.
3. É social porque surge a partir da interação contínua e permanente entre o homem e seu meio ambiente.

Para fazer a avaliação de risco, é essencial realizar a avaliação da ameaça e da vulnerabilidade de um escopo multidisciplinar e com a participação da comunidade que está em risco de um desastre. De acordo com a estimativa do risco é possível aplicar planejamento condições que regulam o uso da terra existente para controle de padrões de desenvolvimento e assentamentos, decisões de onde para instalações de lugar e de projetos, implementação de códigos existentes de construção de infra-estruturas e adaptação das estruturas para reduzir os riscos futuros.

Nas aldeias, as ameaças e vulnerabilidades que compõem o risco a que estão expostas em sua interação, estão presentes. O espaço "local", identificado como o município do ponto de vista político administrativo, é o cenário ou imediato espaço social, econômico e cultural, onde a Comunidade participa, produz conflitos parcerias e consultas entre os parceiros sociais.

O prefeito representa o governo local (Prefeitura Municipal), que conhecem os problemas e o mais perto para o cotidiano das comunidades. Os atores sociais, são pessoas, grupos, organizações e instituições que operam dentro do espaço social da cidade: estado,

igreja, governos locais, organizações privadas, organizações da população local e regional, entre outros.

A *Comunidade* é definido como um grupo organizado de pessoas que são percebidos como uma unidade social, seus membros estão envolvidos em uma relação, interesses, elementos, objetivos ou função comum, com consciência de permanecer neste local (uma determinada área geográfica) em que a pluralidade de pessoas interagem mais estreitamente entre si (ZIMMERMAN, 1998).

As ações são executadas no processo de preparação para desastres em comunidades tais como: a identificação dos riscos com base em estudos de ameaças e vulnerabilidades, a incorporação de critérios preventivos e planos de segurança e de desenvolvimento, gestão e tratamento de assentamentos humanos e infra-estrutura em áreas de risco e a articulação com a política ambiental.

Promover uma cultura de prevenção depende da habilidade de convencer os gestores público e privado, com a finalidade de adotar uma visão a curto, médio e longo prazo. A cultura de prevenção implica também uma atitude colectiva que só pode ser construída usando um processo social muito tempo até que essa prevenção deve tornar-se um tópico de todos os dias.

Outrora, é importante criar uma discussão dos conceitos fundamentais de vulnerabilidade e entender que *analisar a vulnerabilidade* é um processo pelo qual determina um nível de exposição e suscetibilidade, onde a perda que pode ter um elemento ou grupo de elementos (materiais ou imateriais) possam contribuir para o conhecimento do risco através de interações destes elementos com o ambiente perigoso (CARDOSO, 1993).

Abordando a análise de vulnerabilidade social é determinar o grau de organização e coesão interna das comunidades sob cenários de risco e identificar os fatores que impedem de prevenir, mitigar ou responder às catástrofes (LAVELL, 1994).

Tem sido demonstrado que comunidades organizadas têm maior capacidade de resposta a desastres e dar início a processos de recuperação do que aqueles que não são organizados (MASKREY, 1994). Na organização social das comunidades, é importante ter em conta as seguintes variáveis:

* Experiências anteriores de organização que tem a população e suas contribuições para a solução dos problemas acima que podem ser usados para iniciar processos de prevenção e gestão de desastres.

* Como a organização da Comunidade é articulada dentro de uma população no que diz respeito a questões de representação, participação e estrutura organizacional.

* Participação social, interação social, pontos fracos, pontos fortes e potenciais que as comunidades tenham.

Tais variáveis são classificadas conforme Maskrey (1994), de três maneiras: **Físico-material** - relacionados com o meio ambiente, infraestrutura, habitação, tecnologia, capital, o nível da saúde e da capacidade de trabalho. **Social-organizacional** - relativas às atividades econômicas e sociais e estruturas políticas formais ou outro através do qual as decisões são tomadas. **Motivação e atitude** - refere-se a concepção que têm comunidades de si mesmos e suas inter-relações com o ambiente e a sociedade.

Canhão (1991), propôs que a vulnerabilidade deve ser vista como um conjunto de variáveis que se referem a três tipos de situações:

A. *Vulnerabilidade dos sistemas de vida*, explicando como um modo de vida de uma comunidade ou de um indivíduo torna-se mais resistente à ameaça, por exemplo através de um maior nível de saúde e nutrição, através de rendimentos e poupanças que permitem uma maior capacidade de adaptar-se.

B. *Legítima defesa*, relativas ao nível de consciência da ameaça e da experiência de eventos anteriores. Ou seja, o nível de preparação do indivíduo ou da Comunidade para enfrentar uma ameaça, o que se reflecte no local de habitação, a resistência dos edifícios, construção de obras preventivas, etc.

C. *Proteção social*, em causa não só a nível local, mas em geral para a ação do estado em todos os níveis, afetando tanto a auto-proteção, a resistência dos sistemas vivos como fatores tais como as normas de construção, planeamento, regimes de seguros, etc. de uso da terra.

Estes aspectos ligados às características dos indivíduos e sua composição por classe, etnia, gênero, idade, e o sistema político compõem a vulnerabilidade de uma perspectiva fundamentalmente social.

Como uma das hipóteses nesta pesquisa se supõe que as pessoas que tem uma baixa renda tem uma estreita relação com os conceitos de vulnerabilidade e risco e que por algumas circunstâncias sociais podem ser consideradas aspectos associados com a vulnerabilidade do ponto de vista do desastre, nem sempre estes aspectos podem ser considerados como um fator ou causa de vulnerabilidade para determinados tipos de eventos. No entanto, a pobreza em si não é sinônimo de vulnerabilidade, mesmo que eles estão às vezes intimamente relacionados.

A vulnerabilidade é uma combinação de uma pessoa ou grupo de características, expressas em relação a ameaça resultante o status social e econômico da pessoa ou da Comunidade em questão. Sem dúvida, muitos desastres atualmente são produto de econômica

e fatores políticos, muitas vezes agravados por pressões, concentraram a população em áreas ameaçadas de extinção.

3 BREVE HISTÓRICO DO ESTADO DE RORAIMA DA CIDADE DE BOA VISTA E DA ÁREA DE ESTUDO

O desenvolvimento desta parte faz uma breve revisão histórica do Estado de Roraima e também de sua capital, a Cidade de Boa Vista. Realizou-se uma explicação do fenômeno da precipitação para entender seu comportamento regional. Também foi realizada a revisão histórica e caracterização da área de estudo, neste caso "Beiral", localizado na zona central do Município de Boa Vista no Estado de Roraima-Brasil às margens do Rio Branco.

Outro elemento importante a esclarecer é que nesta parte trataremos de diversos níveis de dados, pois foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, os dados são de caráter estaduais, municipais e locais a fim de interpretar melhor os fenômenos associados com esta problemática atual como são as enchentes e as territorialidades que este fenômeno cria.

3.1 HISTÓRIA DA EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.

O Estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil, ele é o mais setentrional do país, tem uma população de 450.479 mil habitantes, dos quais 284.313 vivem na capital, Boa Vista (IBGE, 2010).

Sua ocupação tomou impulso desde a década de 1970, com programas de assentamento agrícola e "a corrida do ouro", que levou à milhares de pessoas de todo o país para participar na actividade de prospecção no interior do Estado. Embora a garimpagem ocorre no interior, a população está concentrada em Boa Vista, dependendo de vários fatores (ANA, 2010).

A continuação descreve as datas importantes na consolidação do Estado de Roraima e todas foram disponibilizadas pelo livro que tem como nome a Geografia do Brasil: Região Norte, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística onde relata de maneira clara os momentos fundamentais na evolução do Estado.

O início da criação de Roraima foi caracterizada pela colonização dos portugueses na Amazônia por meio do Rio Negro a te Rio Branco no século XVII para procurar riquezas (ouro, metais preciosos). Nos séculos XVII e XVIII, datam as primeiras expedições na Amazônia por

meio dos Rios Negro e Branco, rotas para intercambiar alimentos entre as comunidades indígenas.

Em 1793 são fundadas as “Fazendas Nacionais” do São Marcos e São José pertencentes a Nicolau de Sá Sarmiento, moradores no Rio Negro, em 1789 as provocações de domínio pelos espanhóis ainda continuavam pelo Rio Branco com exceção do Carmo, mas todas as tropas foram destruídas. Posteriormente a Fazenda do Rei entrou em decadência e a Fazenda de São José foi anexada a São Marcos e anos depois foi restabelecida com o nome Santa Maria Nova chegando a seu declínio em 1841.

Em 1843, ocorreu o tratado da questão da fronteira com Guiana onde tinham um território em pleito a grande área da depressão Pirara e Maú-cotingo, local que se verificou depois com estudos que tinham grandes depósitos diamantíferos e metais preciosos. Em 1928, firmou-se um protocolo com Venezuela para a demarcação dos pontos Geodésicos Cucui-Uá do ponto de tri-junção Brasil-Venezuela-Guiana.

Em 1904 a “Questão do Pirara” foi resolvida pelo Laudo de Roma, onde concedeu a Guiana Inglesa uma saída Fluvial para o Amazonas, dividindo a área litigiosa em duas partes desiguais, concedendo para o Brasil 13.570 km² e a Inglaterra 19.630 km², essa decisão ratificada em 1926 pelo “Acordo de Londres”

Em meados de 1991, os garimpeiros brasileiros foram presos pela Guarda Venezuelana em área não delimitada como fronteira, levando a ambos governos a retomarem discussões definitiva da linha da fronteira, um aspecto importante é entender a situação política-administrativa do Estado de Roraima, e para compreender esse processo é preciso salientar a Lei Provisional que delimitou as fronteiras do Amazonas em 1858, onde estabeleceu a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, cuja sede seria “acima das cachoeiras do Rio Branco, no lugar denominado Boa Vista”.

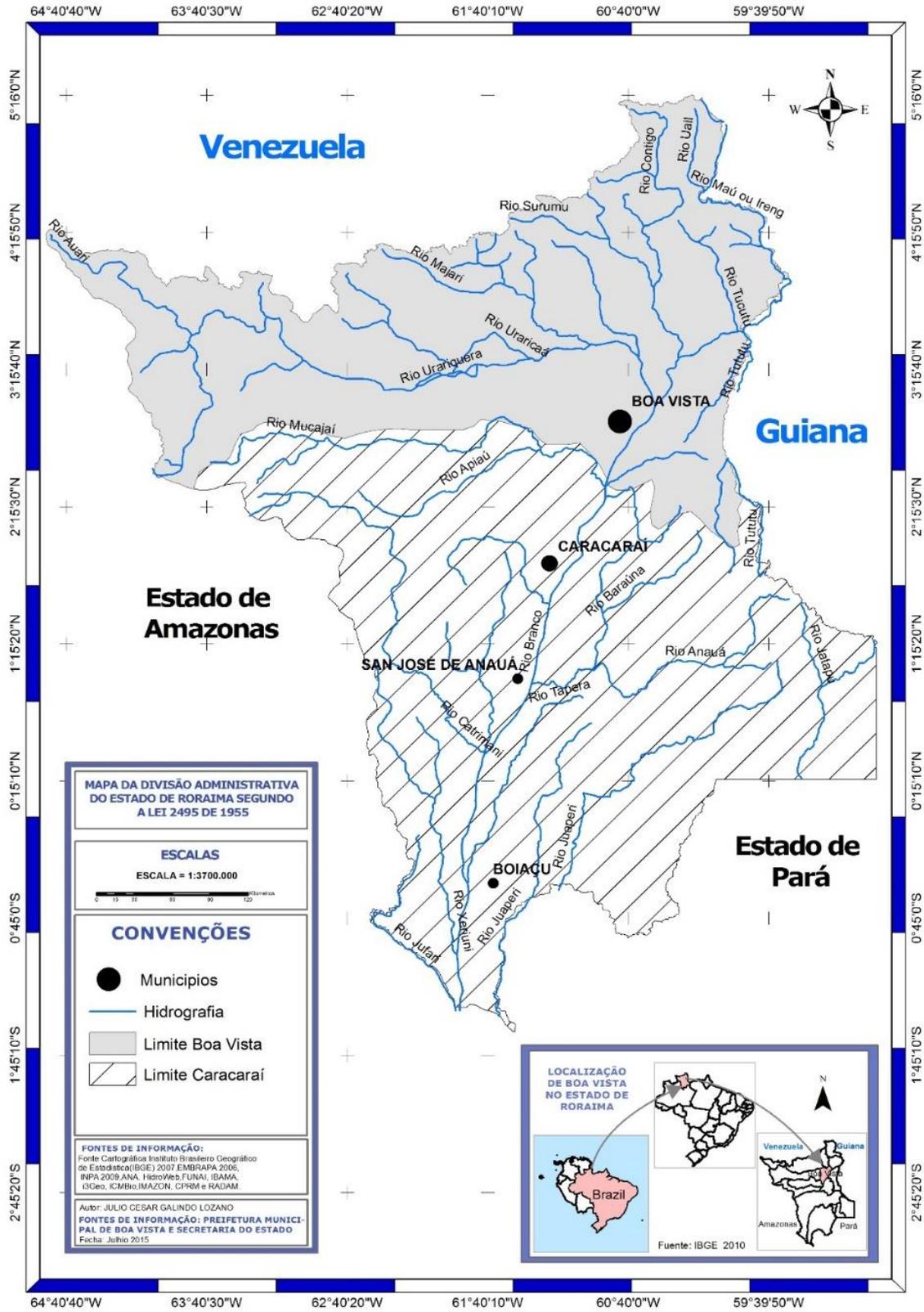
Em 1890 o Governador do Amazonas, Agostus Ximeno de Vileroy elevou a Boa Vista a categoria de vila com o nome Boa Vista do Rio Branco por meio de Decreto Estadual Nº 49, o 25 de julho do mesmo ano João Capistrano Silva Mota, assume a superintendência.

Posteriormente em 1892, Boa Vista do Rio Branco era relacionada com os municípios amazonenses. Na divisão administrativa do município foi em 1911 e no recenseamento geral de 1920, o município de Boa Vista é composto como distrito-sede. Em 1938, passou a denominar-se somente Boa Vista foi acrescentado dois distritos: Caracará e Murupu, formados

por partes do mesmo município, em 1939 a 1943 passou a ter os três seguintes distritos: Boa Vista, Guitaná, Serra da Lua, Maú, Caracará e Murupu.

Em 13 de Setembro de 1943, através do Decreto Nº 5.812, o Governo Federal criou ou Território Federal do Rio Branco. De acordo com o mesmo decreto Boa Vista foi dividida em dois municípios: Boa Vista e Catrimãni. Em 1951, numa tentativa de incrementar a ocupação da região foram criadas as primeiras colônias agrícolas ou que não surtiu o efeito pela falta de rotas de transporte e as dificuldades de comunicação. E em 1955, foi criado o município de Caracará que compreende a área do antigo município de Catrimãni e parte do município do Boa Vista. (Ver Figura 1).

Figura 1 - Mapa da divisão administrativa do Estado de Roraima segundo a Lei 2495 de 1955.



Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Vista, Secretaria do Estado e IBGE (1981).

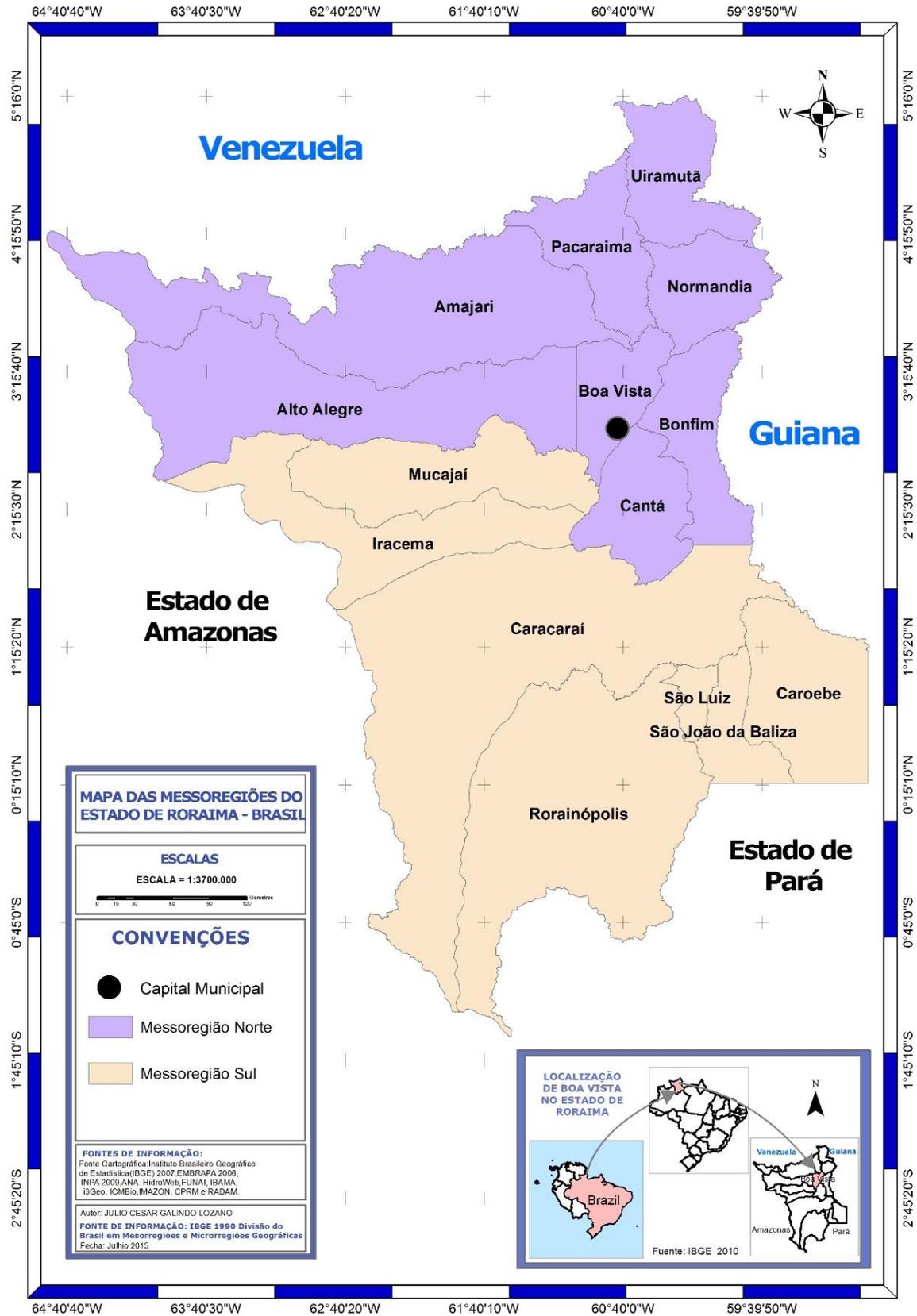
Depois de 1962, a Câmara Federal aprova o projeto de Lei N° 1433 do Deputado Valério Caldas para trocar de nome para Território Federal de Roraima. Então, em 1982 são criados os Municípios de São Luiz, São João da Baliza e Mucajaí, a partir de desmembramentos de Caracaraí, também em Bomfim, Alto Alegre e Normandia, esses foram separados de Boa Vista. Em 1988, a Assembleia aprova a proposta e transformar o territórios de Roraima e Amapá em Estados da Federação.

Na atualidade o Estado de Roraima está composto por 15 municípios, divididos em dois mesorregiões, segundo os critérios do IBGE (1990), existem duas Mesorregiões Geográficas: Norte de Roraima e Sul de Roraima. A Mesorregião Norte de Roraima é composta pelos municípios localizados na parte norte do Estado: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã. Já a Mesorregião Sul de Roraima forma-se pelos municípios localizados ao sul do Estado sendo eles: Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

Roraima também têm um duplo limite internacional, ao norte com a República Bolivariana da Venezuela, onde a sua língua oficial é o espanhol e a nordeste com a República Cooperativa da Guiana, onde a língua oficial é o inglês. E no sul do Estado só existe uma conexão para o restante do país, que é pela BR-174 que direciona a cidade de Manaus, no Estado do Amazonas e Pará. (Ver figura 2).

É preciso expor que essa distribuição das mesorregiões e a configuração do estado, ajudaram a um desequilíbrio populacional no Estado de Roraima. Neste sentido, considerando Santos (2008, p. 9), que fala sob “o desequilíbrio de hierarquias entre a capital e as outras cidades, o que tem como resultado um fenômeno de macrocefalia no capital humano”, ou seja, uma concentração de população em a capital do Estado de Roraima.

Figura 2 - Mapa das Mesorregiões de Roraima.

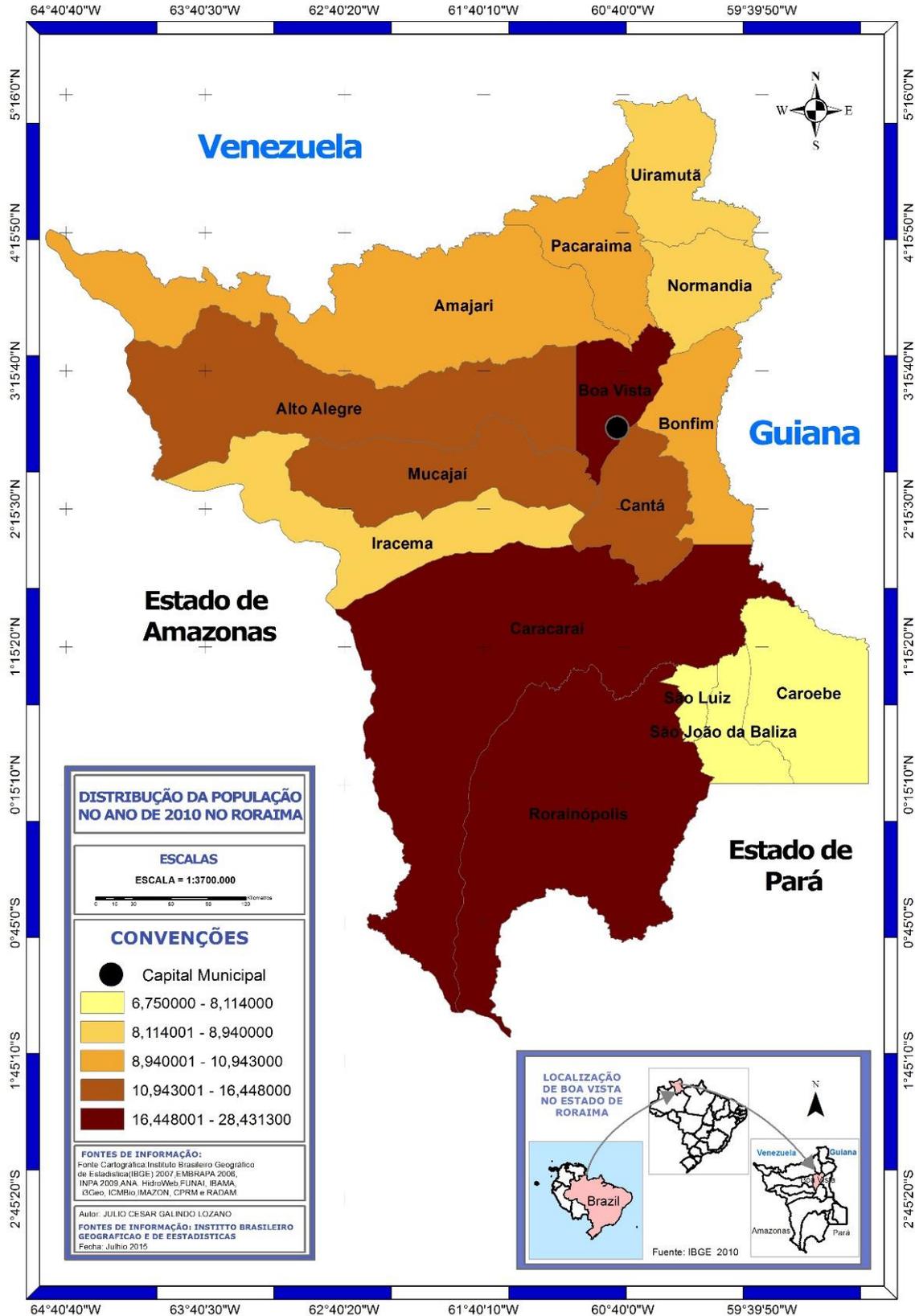


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990).

No entanto, na figura seguinte pode-se dizer que a população de Boa Vista representa 60 % da população de todo o Estado, em ordem descendente continua o Município de Rorainópolis que representa só 6 % da população e isto pode obedecer a aspectos importantes como a criação da Rodoviária Federal BR-174, que chega até Manaus Estado de Amazonas e que tem um desenvolvimento maior e tem criado uma parceria para dotar de produtos agrícolas para a venda.

Contudo, pode-se dizer que a capital do Estado concentra aproximadamente um 79% do PIB Estadual. Tendo o poder de quase toda atividade econômica pública e privada de todo Estado, também conta com melhores instalações de saúde e mais instituições educativas que os demais 14 municípios. (Ver figura 3).

Figura 3 - Distribuição da população do Estado de Roraima em 2010.

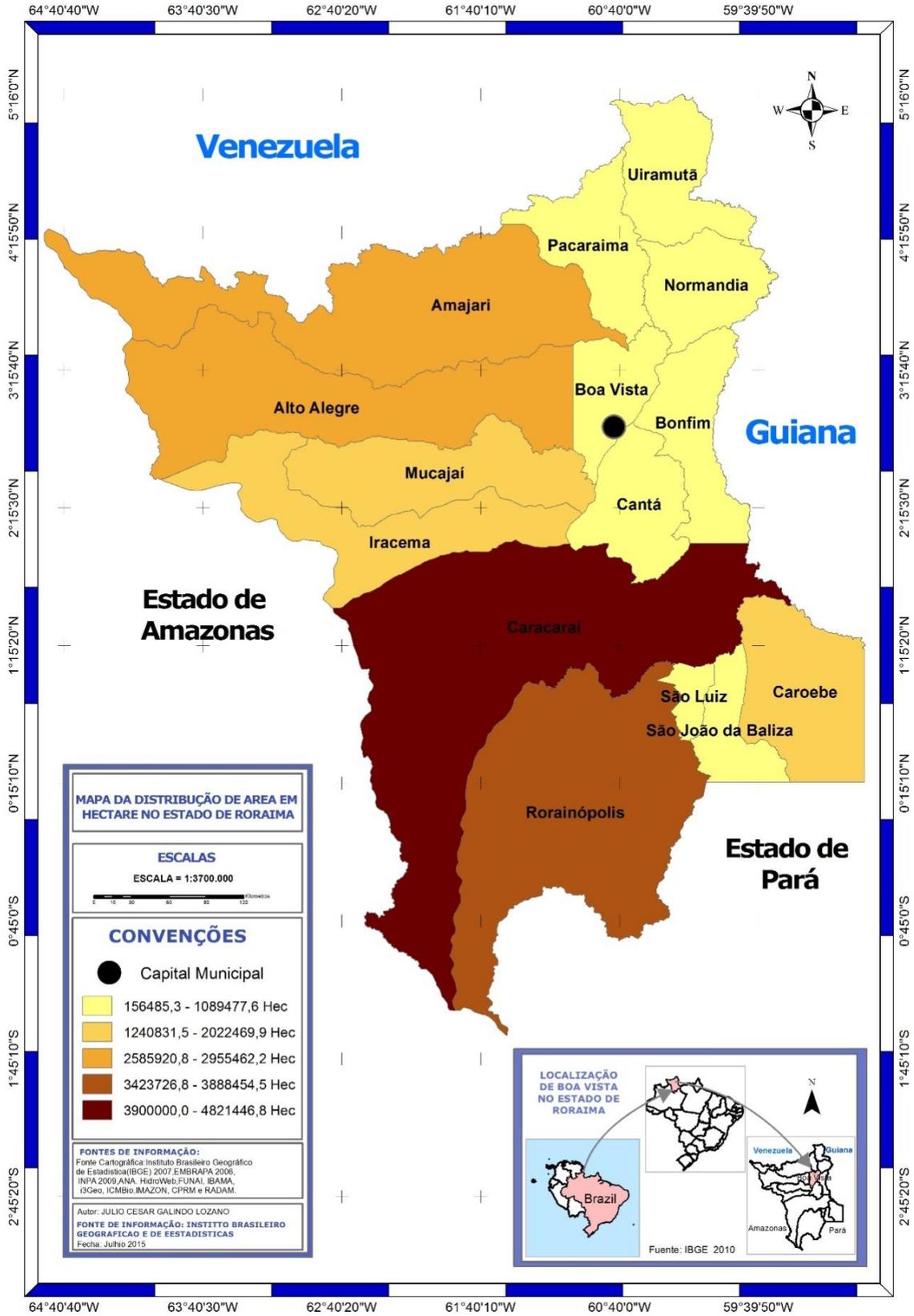


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010).

Neste sentido, é apropriado falar que no Estado de Roraima habitam oito povos indígenas com uma população de 51 mil pessoas, segundo a Funai (2008) em 32 Terras Indígenas, o que representa quase a metade da população rural do estado e 11% da população total, o maior percentual entre os estados brasileiros. Há uma grande mobilidade entre as pessoas que vivem nas comunidades e as que moram na Cidade de Boa Vista.

É importante fazer uma comparação da população de cada município com sua área total, para entender os elementos que ajudaram a seu desenvolvimento, e observar que existe um caso atípico, porque os municípios do Estado de Roraima que tem uma área maior são os de menor população, tais como: Alto alegre, Amajari e Caracaraí com exceção de Rorainópolis, isso deixa claro o poder da capital do Estado, pois tem gerado um desequilíbrio muito grande na configuração do Estado e uma centralidade em todos os poderes (Ver figura 4).

Figura 4 - Distribuição de área em Hectare dos Municípios do Estado de Roraima.



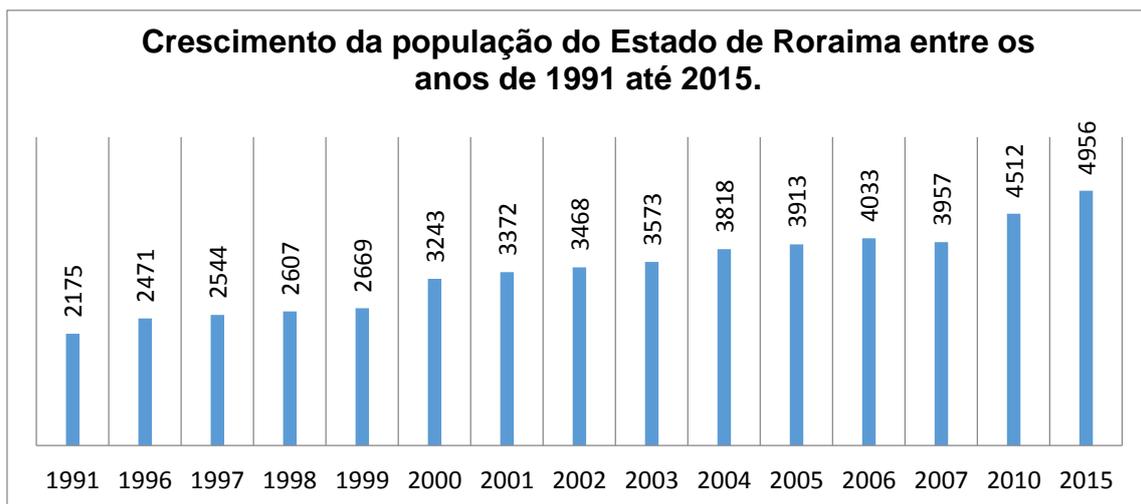
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Outro elemento importante que nos permite demonstrar o rápido crescimento populacional do Estado de Roraima é a figura a seguir, onde mostra uma homogeneização do crescimento populacional, agora bem para entender esta dinâmica populacional é preciso mostrar por períodos para entender a dinâmica populacional: no primeiro período que é entre 1999 e 2004 onde o aumento populacional foi consideravelmente maior devido a alguns fatores tais como: a extração de ouro e depois a consolidação do Estado de Roraima.

No seguinte período foi entre 2006 e 2007, onde apresenta mudança representada em valores negativos, já que a população tende a diminuir e isso é devido aos processos migratórios que estavam experimentando, pelo Estado em busca de melhorar suas condições econômicas e também suas condições de vida e novas oportunidades de emprego.

No último período que compreende desde 2010 até 2015, também o aumento da população, têm se observado em geral pelo desenvolvimento dos avanços em investimentos de infraestrutura e os concursos públicos em órgãos Estaduais e Federais, que estão oferecendo-se atualmente, contemplando um emprego fixo com as melhores condições econômicas para os cidadãos, isso tem gerado fluxos migratórios criando assim um aumentando da população do Estado (Ver figura 5).

Figura 5 - Crescimento da população do Estado de Roraima entre os anos de 1991 até 2015.



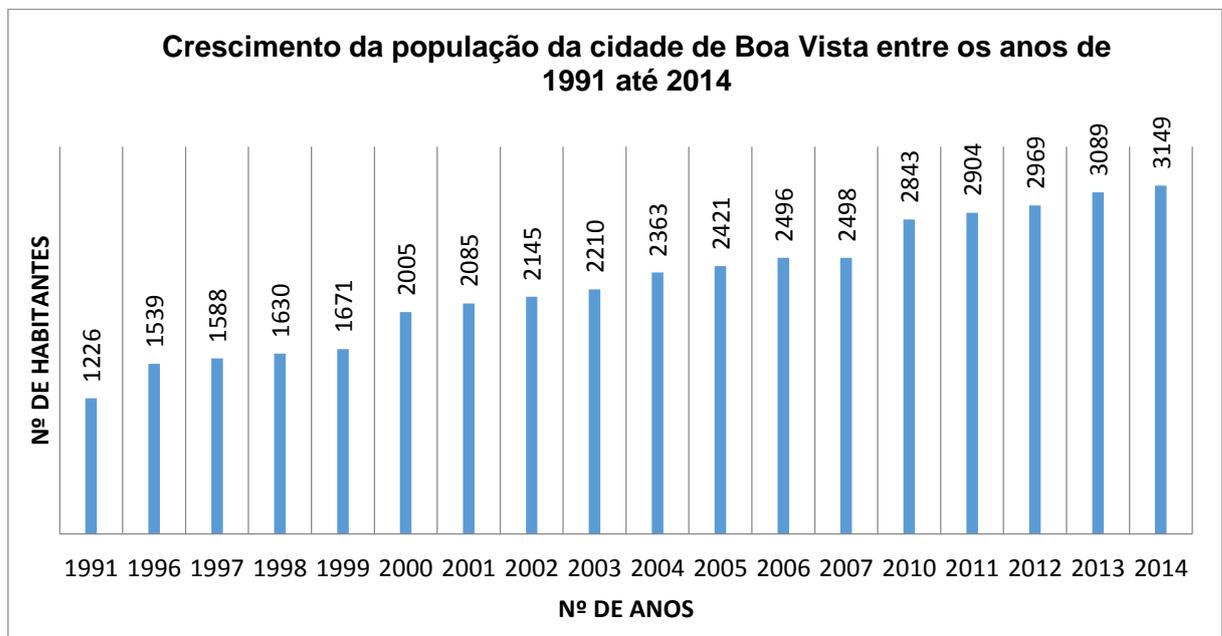
Fonte: IBGE adaptado pelo autor (2015).

3.2 EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

Nesta ordem de ideias, a Cidade de Boa Vista é a capital do Estado de Roraima. Ela tem um clima equatorial, com temperatura média de 27,4 ° C. É composta por uma vegetação de lavrado típico e tem duas estações bem definidas: a estação chuvosa (inverno), a seca (verão), ocorre entre os meses de abril e setembro e a temporada entre outubro e março. Boa Vista está localizada à direita do Rio Branco, na bacia de drenagem do mesmo nome. Atualmente, a cidade tem uma população de cerca de 314.990 mil habitantes segundo o censo de 2014 do Instituto Brasileiro de geográfica e estatística (IBGE, 1978).

O crescimento da cidade para identificar os padrões de povoamento, é necessário entender a dinâmica organizativa dos habitantes, e compreender como foi seu processo de apropriação e configuração do espaço, identificando os momentos chaves que propuseram seu rápido crescimento e os interesses que levaram ao desenvolvimento de alguns espaços mais rápido do que outros. Contudo, a figura seguinte demonstrará o crescimento da população de Boa Vista desde 1991 até 2014 (Ver figura 6).

Figura 6 - Crescimento da população da Cidade de Boa Vista entre os anos de 1991 até 2014.



Fonte: IBGE adaptado pelo autor (2015)

“O início de 1980, a expansão urbana da capital de Roraima era dirigido pelo governo, que visam a segurança nacional, promoveu o crescimento da população do território através de uma política urbana que está concentrada na capital. Em 1991, através da Lei nº. 244, que regula o plano diretor do município de Boa Vista, foram criados mais de 30 bairros. Em 1999 o plano foi alterado, redefinindo as fronteiras de alguns bairros e adicionando mais 18” (VALE, 2007, p. 22).

Considerando o parágrafo supracitado, a cidade de Boa Vista foi inicialmente planejada pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, com amplas avenidas que convergem ao centro, ele pensou em uma cidade de forma radial, seu principal meio de comunicação era pelo Rio Branco, rota principal para o transporte e intercambio de alimentos. No entanto, sua estrutura não foram preservadas durante o tempo, devido as mudanças culturais nos processos de migração de décadas (VERAS, 2009).

Por outro lado, a ocupação da área da Boa Vista ocorreu espontaneamente a pois da instalação da fazenda Boa Vista começou em 1830 e mais tarde, em 1858, com a instalação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na sede da fazenda.

Em 1943, com a criação do território Federal Rio Branco, no governo de Getúlio Vargas, Boa Vista já não pertence ao Estado do Amazonas, passou a ser a capital de seu próprio Estado chamado de Roraima. Após isso, foi construído um plano de desenvolvimento e arquitetônico, pelo engenheiro da empresa Riobras, Darcy Alexio Derenusson, que foi definido no projeto urbano concêntrico radial no ano de 1944, esse plano objetivou ter uma melhor diferenciação do espaço urbano, considerando um único centro. Além disso, em 1970, consolida-se a expansão da Cidade de Boa Vista, esta expansão urbana durou até a década de 1990, esta cronologia foi fundamental, para entender a expansão demográfica e urbana de Boa Vista durante períodos diferentes.

“Neste sentido, o que "o plano de desenvolvimento incorporou na cidade foi novos ritmos de organização espacial, os quais definiram Boa Vista em um momento com características particulares como: as ações políticas isoladas que, por sua vez, foram seletivas e acentuadamente desiguais, criando a diferenciação sócio-espacial e intra-urbana, pois existem interesses oriundos da população com baixa renda em procurar um espaço para habitarem, de maneira desorganizada e sem o mínimo de condições possíveis para sobreviverem, como por exemplo: falta de saneamento básico e políticas públicas”(STAEVIE, 2014, p. 71).

É importante entender as mudanças com esse novo projeto urbano em Boa Vista. Considerando Veras (2010), embasado em sua tese de doutorado onde expõem que,

“outro elemento fundamental que ajudou a rápida densificação da população da cidade foi a construção de habitações em áreas perto do rio, lembrando que o rio Branco foi o único meio de transporte eficiente de produtos e também é essencial mencionar que

na construção destas casas foram feitas em períodos de época da seca e tinham por objetivo a apropriação de territórios de uso e utilização”.

Tais processos sociais constituem o espaço urbano, resultantes das interações econômicas, políticas e culturais em diferentes momentos de sua dinâmica produtiva. A produção do espaço e expansão urbana nascem da necessidade contínua de sociedade atender suas demandas diferentes, em que o processo de produção é permanentemente acompanhado por reorganização espacial. Recordando Santos (2005), "espaço permite que os fatores de produção: trabalho, capital e bens - terão grande mobilidade" e que a chamada mobilidade cria alterações no espaço, produzindo novos significados.

Silva (2010), diz que "o que realmente aconteceu depois do ano de 1980 foi a incorporação de novas áreas pela proliferação dos lotes que responde principalmente os interesses políticos dos assentamentos de imigrantes que foram induzidos a Boa Vista".

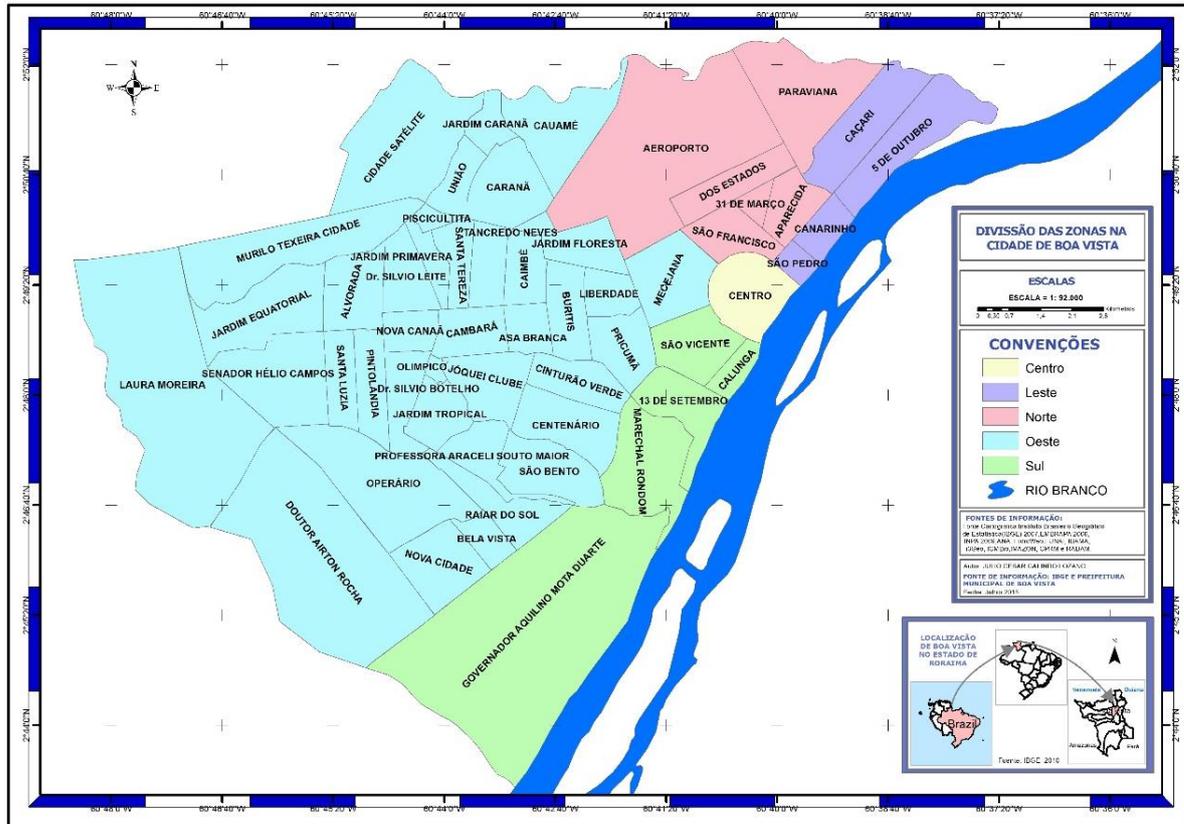
Conforme refere-se a essa ocupação da seguinte maneira:

“A ocupação irregular do município, foi às vezes incentivada pelos líderes políticos que têm interesses específicos. Durante a década de 1990, outros agentes sociais são incorporadas com mais intensidade que determinada a configuração do espaço urbano boavistense, contestando a legitimidade política deste espaço. Na década seguinte, a reestruturação urbana ocorreu principalmente devido ao fim da atividade que espontaneamente levou a milhares de pessoas em todo o país para Roraima de prospecção de melhores condições de vida. Contudo, com o encerramento das minas, a maioria dos mineiros a caminho da capital, o aumento da população na periferia da cidade” (STAEVIE, 2014, p. 16).

A necessidade de formação de instituições públicas no novo Estado, ajudou as migrações de pessoas para a cidade, os primeiros cargos públicos que foram distribuídos pelo Governador, isto criou um êxodo maciço de pessoas de outros Estados como também de outros municípios (VERAS, 2008).

Conforme a Lei n. ° 483, 09 de dezembro de 1999, a Cidade de Boa Vista, com cerca de 200 mil habitantes, com um total de 49 bairros, distribuídos da seguinte forma: 6 bairros (distritos) no norte, 5 no Sul, três distritos no leste, lado 34 distritos no Oeste e outro no centro (ver figura 7).

Figura 7 - Divisão das zonas na Cidade de Boa Vista.



Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Vista e IBGE (2010).

Observando a composição demográfica da Cidade de Boa Vista, é interessante olhar o fluxo de indigenas que vêm diariamente para a capital em busca de melhores condições de vida, esses grupos são: os MACUXI, os WAPIXANA e os TAUREPANG. Por outro lado, segundo censo 2010, indicou um total de 6.150 nativos que vivem na capital de Roraima, eles residem principalmente em habitações precárias na zona sul e oeste da cidade, especialmente em bairros com uma frágil estrutura urbana (FUNAI, 2010).

“Este rápido desenvolvimento, gerou uma série de conflitos sócio-espaciais, o que levou à muitos problemas ambientais (degradação ambiental pela construção de moradias, extração de areia do rio para a construção de casas), outro aspecto é a precariedade dos serviços públicos urbanos, a sobrecarga da infra-estrutura existente e a falta de acesso à terra, renda e habitação” (STAEVIE, 2014, p. 12).

Nesse contexto, a cidade deve ser percebida como um espaço com diferentes interesses, onde o capitalismo é a única maneira de encontrar empregos apropriados e, também, incrementar suas condições econômicas. No entanto, a população tem desempenhado seu papel

com a configuração do espaço urbano através das demandas de infraestrutura e moradias criando assim cidades, neste caso Boa Vista.

A cidade é determinada através de diferentes atores, como: Estado, Capital, Indivíduos e Organizações, que procuram uma forma de se organizar como uma estrutura que soporta as sociedades e por isso que, "a estrutura econômica e social é o que determina a organização espacial do sujeito, mas é a situação política que controla seus movimentos, processos, estruturas e formas" (VERAS, 2010, p. 31).

Sabemos que na atualidade, Boa Vista está investindo verba na construção de obras civís feitas para a expansão urbana com a finalidade de embelezar e garantir a implementação das políticas públicas, e isso pode ser refletido nas empresas querendo investir nesta cidade, com a intenção que de criar novos hábitos na população Boa Vistense.

Contudo, a base de análise realizada, entende-se que a expansão urbana e a produção do espaço urbano de Boa Vista tem sido, ao longo do tempo, é o resultado das intervenções dos promotores e órgãos estaduais e federais.

“O aumento da população nos últimos 30 anos exagerada reflete as relações complexas entre as políticas ambientais, desenvolvimento de processos públicos e a população, resultando em paisagens urbanas de contraste. Por outro lado, bairros sem infra-estrutura, são ruas residenciais, precariamente, irregular traçado gradiente. Os acima mencionados processos sócio-espaciais interagem sinergicamente com as características regionais e biogeofísicos que proporcionam um contexto mais complexo e sensível ou vulnerável a problemas ambientais, especialmente aqueles decorrentes de enchentes ocorridas em 2011” (STAEVIE, 2014, p. 76).

Contudo, é imprescindível salientar que o crescimento urbano de Boa Vista, nas últimas décadas, ocorreu de modo rápido e principalmente no sentido sudoeste e oeste, englobando diversas bacias e igarapés antes situados fora da área urbana, gerando problemas ambientais para os moradores dessas áreas.

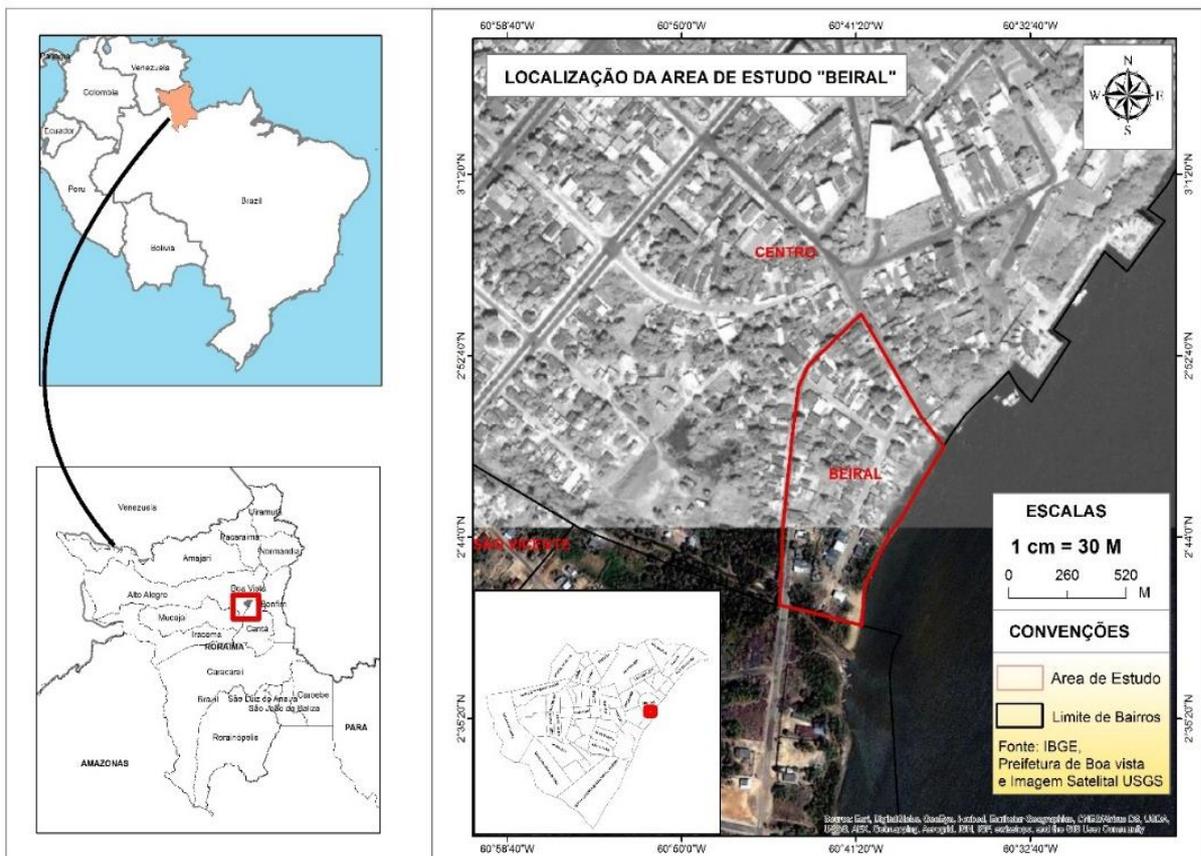
3.3 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

Para esta pesquisa é imprescindível esclarecer que a comunidade “Beiral” é considerado pela a Prefeitura Municipal de Boa Vista, de acordo com a Lei n. 1.117, de 31 de dezembro de 2008, em uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), e não como bairro, essa Lei faz parte do trabalho que procura melhorar as condições estruturais do Centro Histórico de Boa Vista,

do qual o “Beiral” faz parte, onde uma das prioridades é garantir condições de moradia dignas às famílias que vivem neste lugar.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Boa Vista reconhece a existência do Bairro Caetano Filho que fica dentro do que chamamos “Beiral”, mas o Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatísticas (IBGE), não reconhece a existência do Bairro Caetano Filho e só reconhece o limite do Bairro Centro da Cidade de Boa Vista (Ver figura 8).

Figura 8 - Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE, Prefeitura Municipal de Boa Vista, adaptado pelo autor (2015).

É necessário conhecer que “Beiral” ocupa uma área de 1.356.159,31 metros quadrados segundo as informações recolhidas em campo, fazendo parte de pelo menos três bairros, tais quais: uma parte do Centro, outra do São Vicente e do bairro Calunga, onde moram famílias beneficiadas de interesse social. Agora bem, para falar da história do Beiral, É necessário descrever que está intrinsecamente ligada ao processo de formação da Cidade de Boa Vista, porque era onde se encontrava a antiga Fazenda Boa Vista.

É importante entender que na área onde viviam essas comunidades indígenas é a mesma área onde se encontra o “Bairro” Caetano Filho ou também chamado “Beiral” são as áreas mais afetadas por enchentes, também estão ocupadas de maneira desordenada, e não possui saneamento básico fato esse surgido em decorrência de iniciativas por indução de políticos e em período de eleições (FREITAS, 2000).

Quando procura-se analisar a dinâmica geográfica de um espaço, precisa levar em consideração a percepção de cada indivíduo, pois os mesmos se apresentam com características distintas e com suas próprias especificidades. Entender a dinâmica do “Beiral” requer compreender sobre os processos históricos que contribuíram para a expansão de Boa Vista, mesmo que este não seja reconhecido oficialmente como bairro e esteja localizado na área central da Cidade de Boa Vista.

Outro aspecto que gerou um fluxo migratório muito rápido em Roraima, além da “febre do ouro”, foi devido a um projeto do Governo Federal que visava a segurança nacional nesta área, conforme o seguinte exposto:

“Promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infra estruturais físicas e socioeconômicas. Contudo, devido ao intenso crescimento populacional, com o agravamento de déficit habitacional, ampliou significativamente áreas ocupadas por habitações, construídas de improviso, em locais geralmente inadequados e sem obedecer aos requisitos mínimos de habitabilidade” (VALE, 2007, p. 110).

Nesse período a cidade sofreu muitas mudanças, pois não estava preparada para receber um alto número de pessoas que chegaram para Roraima, mais exatamente a Capital Boa Vista, em procura de novas opções de vida. Também esse rápido crescimento populacional gerou uma proliferação de bairros desorganizados e sem estrutura urbana para comportá-los, constituindo assim as primeiras favelas na capital do Estado, esse processo de migrações não foi só em Roraima foi no Brasil todo, onde as pessoas pleiteavam melhores condições de vida.

Observa-se que nesse processo de ocupação do Estado de Roraima, os problemas de planejamentos tornaram-se algo recorrente, propiciando a formação de bairros sem estrutura, alguns criados por invasões e que, com o tempo, foram admitidos pelo poder público como bairros.

É nesse contexto pode-se salientar que a área Caetano Filho ou mais especificamente “Beiral”, apresenta características significativas de uma favela, principalmente pela falta de

segurança pública efetiva no local como um dos principais problemas contemporâneos, como por exemplo: tráfico e venda de drogas ilícitas e prostituição.

Por outro lado, segundo Guerra (1957), no “Beiral” algumas casas são construídas sobre estacas para evitar o “alagamento” provocado pelo rio Branco, na ocasião do “inverno” chamadas palafitas, construções em madeira e em cima do chão.

Ainda de acordo com Guerra (1957), é necessário destacar que as casas palafitas são raras na cidade de Boa Vista, e apenas neste setor da cidade aparecem com mais frequência e isto é pelo fato de ter se desenvolvido, em uma parte baixa e junto à margem direita do Rio Branco.

Contudo, observa-se que os diversos fatores de vulnerabilidade social segundo Azevedo (2014), são: “a carência ou precária renda, o trabalho informal incerto e o desemprego, o difícil ou nulo acesso aos serviços das diversas políticas públicas, a perda ou fragilização de vínculos de pertencimento e de relações sócio familiares e as discriminações”.

Para entender a escolha desta pesquisa é importante descrever um registro de ocorrência de enchentes em Boa Vista. Além de se localizarem nas áreas mais planas de Roraima, apresentam ampla rede hidrográfica com o Rio Branco além de muitos igarapés, todos dependentes da bacia do Rio Branco e do Rio Negro. Esses fatos, somados aos altos índices pluviométricos do Estado, contribuem para a ocorrência das inundações graduais, quando ocorre a enchente e o extravasamento dos rios nas planícies de inundação conforme a Figura 9.

Figura 9 - Situação em que se encontram residências do Beiral, enchente de 2011.



Fonte: Defesa Civil Municipal (2011).

Segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 até 2012, “verifica-se uma recorrência dos desastres entre os meses de maio e julho, período das maiores concentrações de precipitação no Estado de Roraima”. Agora bem, para entender as enchentes de 2011 foi necessário conhecer que “maio foi o mês mais afetado ao longo do período em análise, com 12 registros consecutivos de chuvas. Todas as ocorrências desse mês correspondem ao evento de inundação ocorrido em 30 de maio de 2011”. (ANA, 2010, p, 25).

“No final do mês de maio e início de junho do ano de 2011, período das ocorrências das enchentes na cidade de Boa Vista, ocorreram chuvas acima da média no Norte da Região Brasileira. Essas chuvas foram associadas principalmente à atuação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), entre a primeira quinzena de abril e de maio. O período com maior número de registros, por tanto, as máximas precipitações pluviométricas provocam as enchentes” (MELO, 2011, p. 28).

Essas precipitações prolongadas durante o período chuvoso originaram consequências negativas para a comunidade, segundo informações do governo estadual, o Rio Branco subiu 10,02 metros acima do limite normal. Na última grande cheia, de 1976, o volume subiu 9,8 metros, em 2011 Rio Branco atingiu a marca de 9,6 metros acima do nível. A parte fundamental de ajudar essa população que outrora, estava ameaçada pela enchente, foram os órgãos governamentais, como: a Defesa Civil Municipal, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal e Governo do Estado.

Segundo a Defesa Civil:

“Evidenciou uma contagem por mais de 200 famílias, o que representa quase mil pessoas entre adultos e crianças. Após as chuvas, a prefeitura executou um plano de ação pós-enchente da Operação Inverno nas áreas atingidas pelas fortes chuvas como nossa área de estudo “Beiral”, também, a administração municipal atuou ativamente no auxílio às famílias atingidas para amenizar os impactos das chuvas. Além da remoção de famílias, a prefeitura deu assistência social e médica para as famílias desalojadas no local e além disso fez limpeza principalmente dos canais de escoamento”. Defesa Civil Municipal de Boa Vista (Ver imagem da enchente 2011 no Beiral).

Figura 10 - Enchente no Beiral 2011.



Fonte: Folha de Boa Vista, domingo, 19 de junho de 2011.

Contudo, pode-se dizer que, a frequência das enchentes varia devido às alterações na bacia hidrográfica, que modificam a resposta hidrológica e aumentam a ocorrência e a magnitude do fenômeno (CENAPRED, 2007). Observa-se que as inundações por serem fenômenos naturais não podem ser evitadas, porém seus danos podem ser minimizados.

Essas alterações tornam-se um fator agravante, uma vez que a água é impedida de se infiltrar, aumentando ainda mais a magnitude da vazão de escoamento superficial. Outro fator importante é a frequência das enchentes, já que quando pequena, a população despreza a sua ocorrência, aumentando significativamente a ocupação das áreas inundáveis desencadeando situações graves de calamidade pública (TUCCI, 1997).

Segundo a Prefeitura Municipal de Boa Vista, depois da enchente de 2011, o poder público tem buscado apresentar melhorias no perímetro urbano, no caso da área Caetano Filho onde foram elaborados projetos sociais para melhorar o estilo de vida aos moradores, procurando a recuperação e expansão da rede de iluminação pública, urbanização e recapeamento de diversas vias, além da construção de 54 unidades habitacionais, sendo os recursos oriundos do projeto do Governo Federal, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Nessa perspectiva, tais investimentos são visíveis apenas em parte da área Caetano Filho, em outras áreas mais afastadas é caracterizado como o espaço onde se concentra as

chamadas zonas de tráfico de drogas, prostituição e bares. A área do Caetano Filho que compreende a Rua Cecília Brasil, Rua Castelo Branco e a Travessa Cecília Brasil, talvez “seja o ponto mais crítico quando relacionado a criminalidade, independente da hora do dia é possível encontrar jovens fazendo uso de drogas ilícitas ao ar livre” (AZEVEDO, 2014, p. 45).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO BEIRAL A RESPEITO DAS TERRITORIALIDADES PERSISTENTES COM A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES.

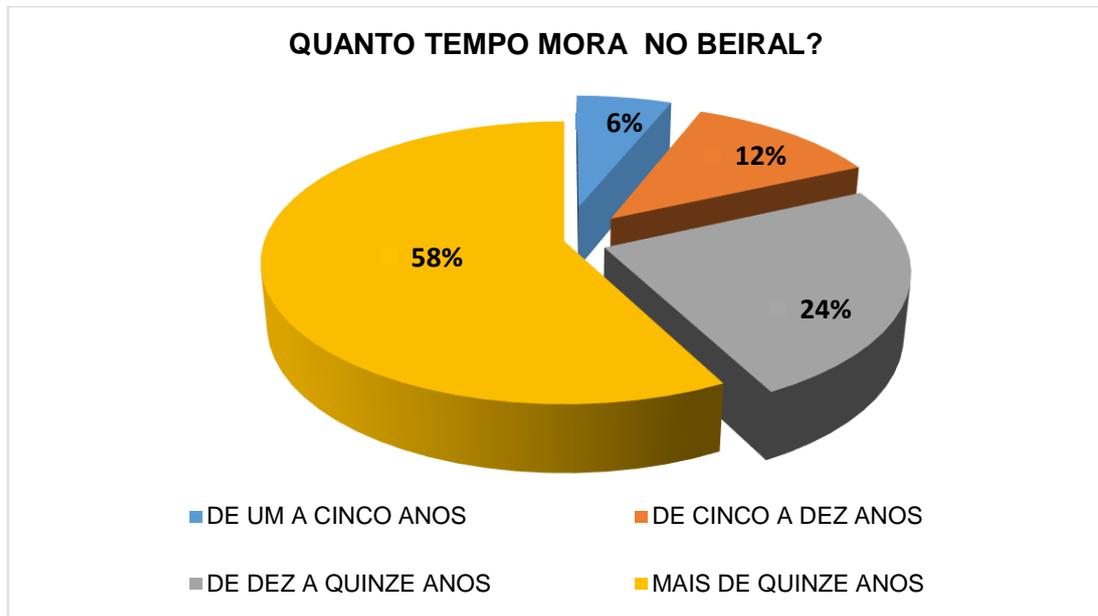
De acordo com os resultados e a interpretação das análises deu-se origem as figuras que demonstraram a percepção dos moradores do “Beiral” e como retratam sua realidade. Para isso, foram colocadas 12 perguntas no questionário, as quais pretendeu-se entender o porquê dos moradores persistem em continuar morando nesse local ainda conhecendo que anualmente existe as enchentes em períodos chuvosos. Os questionários foram fontes de informação sobre a vivências dos moradores e como eles vivem nesse local com suas moradias e territorialidades.

Para a compreensão dos resultados, foram feitas a tabulação dos dados para melhor visualização e entendimento dos resultados que foram obtidos por meio dos questionários aplicados, as informações foram extraídas a partir da investigação da pesquisa, consequentemente analisadas e interpretadas as perguntas, bem como elaborado os gráficos para obtenção de dados primários feita a partir das visitas no campo e também apoiadas com a observação presencial .

É importante salientar que a forma de representação dos dados avaliados foi por porcentagem para ter uma maior compreensão do fenômeno que foi estudado, e também que assinou-se um grau de confiança para os dados de um 90%, isso quer dizer que os dados apresentados tem uma veracidade de um 90% de confiança. O tamanho amostrado representa 20 % da população que mora no Beiral.

Primeiramente para entender e compreender a população do Beiral foi necessário conhecer o tempo em que as pessoas residem nesse local e encontrou-se que 6% correspondem a pessoas que tem de um a cinco anos (1 à 5 anos), e 12% são as pessoas que residem de cinco a dez anos (5 à 10 anos), e os maiores valores são as pessoas que residem de dez a quinze anos (10 à 15) com um porcentagem de 24% e os moradores que estão morando há quinze anos representam 58% da população avaliada (Ver Figura 11).

Figura 11 - Porcentagem do Tempo de moradia no Beiral.



Fonte: Autor (2015).

Contudo, pode-se dizer que mais de 50% da população que mora no Beiral, construíram laços de amizades e solidariedade com os vizinhos e demais moradores, criando uma relação de afeição com este lugar, designando lugares, com cargas emocionais, sentimentais, criadas pelas vivências cotidianas e pela quantidade de ano vividos nesse lugar. É interessante destacar, que as pessoas que trabalham na margem do Rio Branco como os vendedores de peixe e pequenos comércios, que percebem esse lugar como uma fonte de renda, e alguns moradores revelam em suas falas: “meu trabalho é minha casa, eu fico com saudade de meu trabalho quando estou em casa, porque aqui estão meus amigos e com eles compartilho quase todo o dia”.

Outro aspecto relevante, são os problemas das enchentes, porque segundo a população que reside mais tempo nessa comunidade, destacaram que a cada quatro (4) anos tem uma enchente maior no local, em que os mesmos criaram mecanismo de adaptação ao fenômeno das enchentes como as construções de palafitas e a construção de moradias feitas de madeira (Ver figura 12).

Figura 12 - Palafitas e moradias com material de madeira.



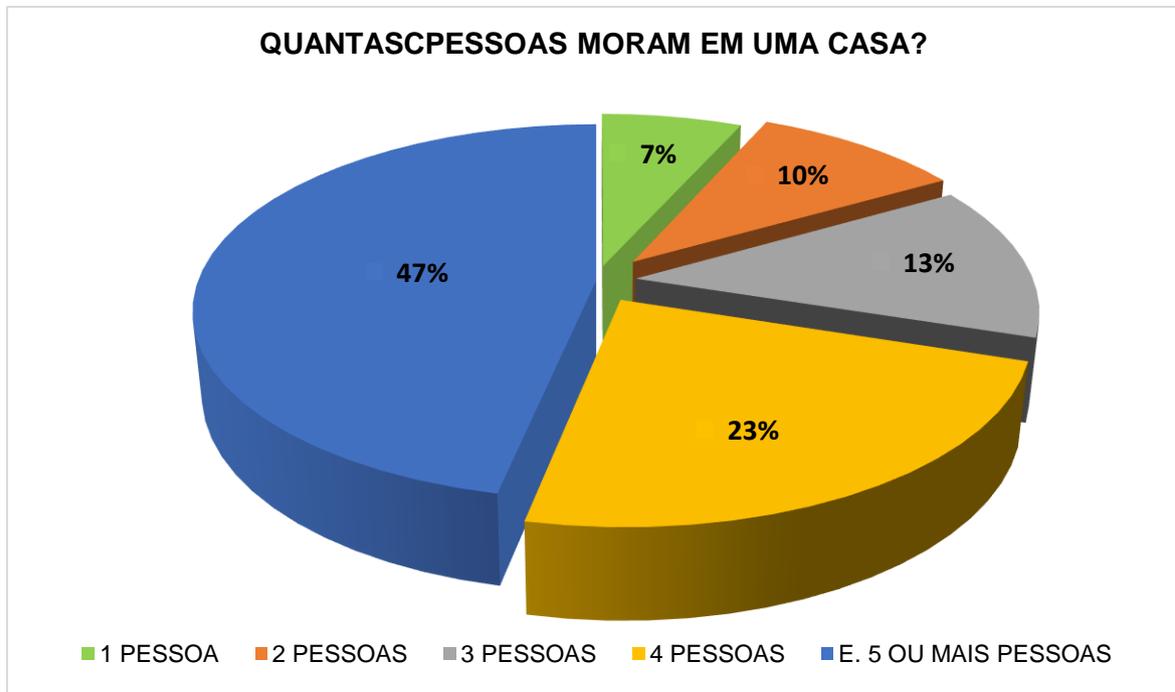
Fonte: Autor (2015).

Outro aspecto a ser verificado, foi identificar quantas pessoas habitavam nas casa para determinar o número de pessoas no local para conhecer se existe aglomeração ou concentração de pessoas por moradias, e identificou-se que as moradias onde vivem 1, 2 e até 3 pessoas só representam porcentagem de 7%,10% e 13% respectivamente.

Esses valores são os mais baixos e segundo a pesquisa justifica-se que são pessoas idosas onde os filhos já casaram e continuam morando no mesmo local só que em outra casa, e/ou porque os familiares morreram. Os valores mais altos são onde moram quatro (4), e cinco (5) ou mais pessoas, onde correspondem a um 23% e 47% respectivamente, isso compreende-se porque constantemente estão chegando pessoas (parentes) oriundo de outros locais, assim como também a ausência do planejamento familiar por parte das famílias e finalmente, em algumas

residências vivem até três famílias diferentes com o objetivo de compartilhar os gastos e as tarefas da casa (Ver figura 13).

Figura 13 - Porcentagem de pessoas que moram em uma casa.

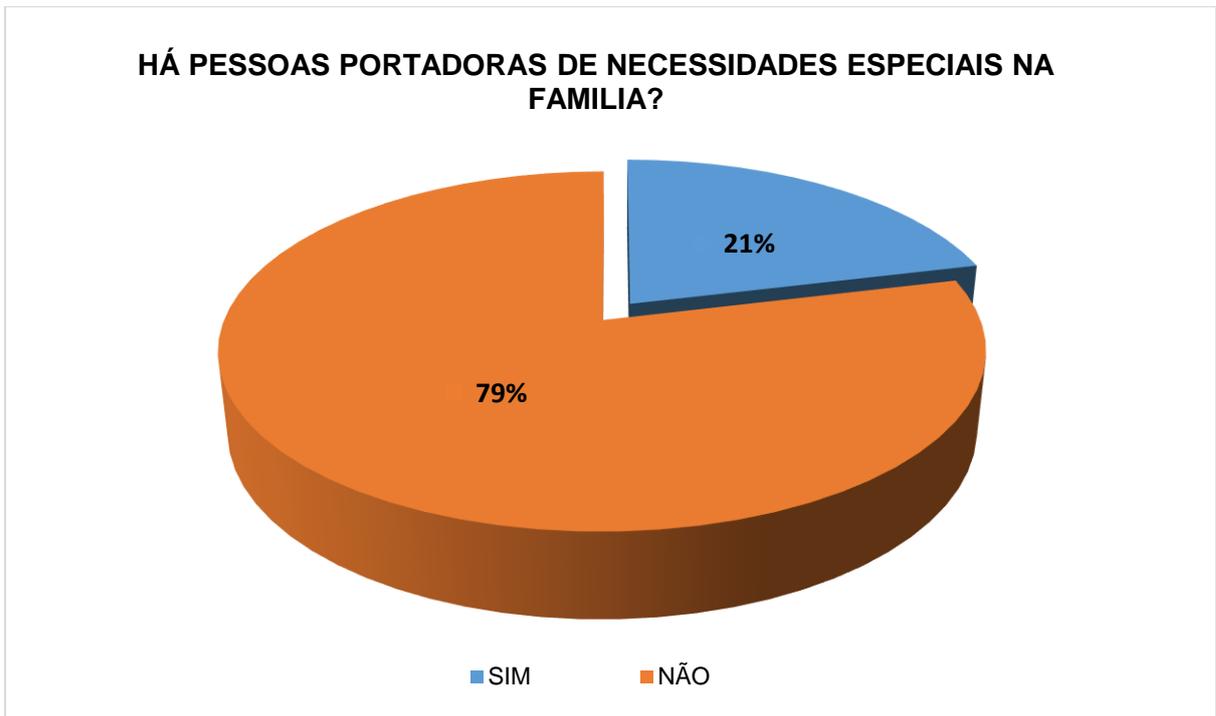


Fonte: Autor (2015).

Quanto à prevenção de risco, ressalta-se que para procurar fazer uma boa prevenção de uma ameaça natural como as enchentes, é por isso e importante conhecer o local ameaçado e as pessoas que habitam, observando características, como: portadoras de necessidades especiais, moradores de rua com doenças psíquicas, porque na eventualidade de ocorrer um evento como são as enchentes rápidas é necessário que essa pessoa precise de alguém mais para ajudar a sair desse local em risco e também dar a assistência necessária.

É por isso que a finalidade da pesquisa também foi conhecer quantas pessoas são portadoras de necessidades especiais, atualmente são 28 pessoas que declaram portadoras de alguma necessidade especial e que representam 21% da amostra e outrora os 79% não declararam nenhum problema de deficiência (Ver figura 14).

Figura 14 - Porcentagem de pessoas portadoras de necessidades especiais.

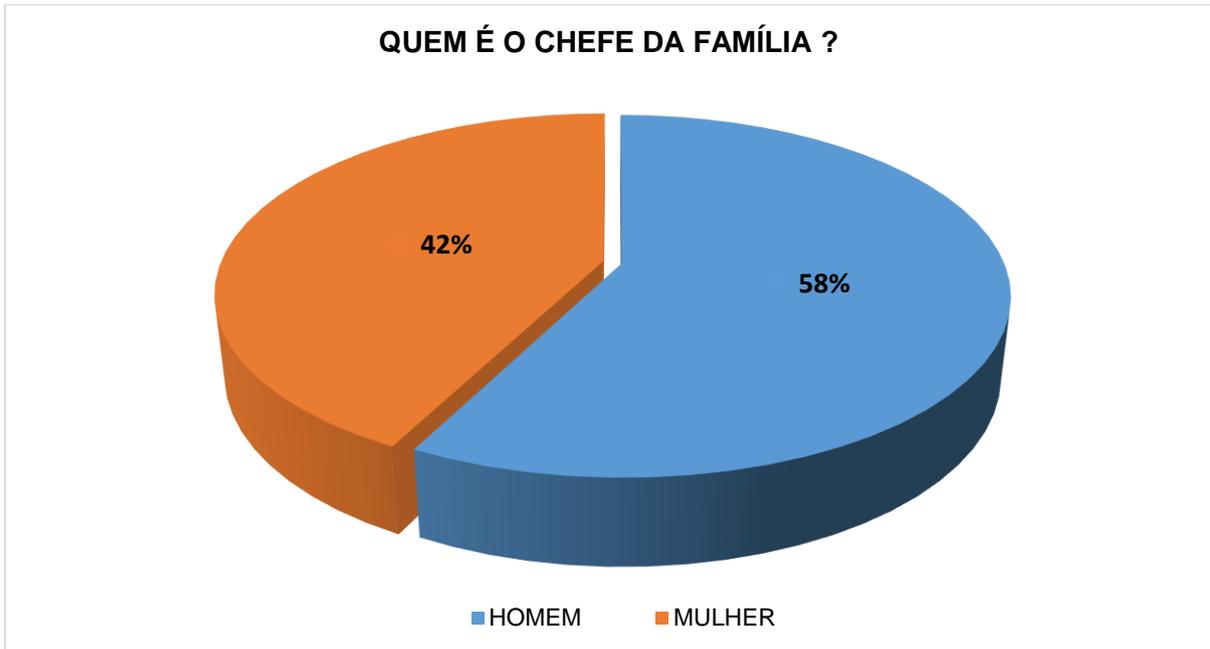


Fonte: Autor (2015).

Observou-se que em relação ao chefe da família, em termos culturais, identificou-se que homens têm uma porcentagem maior de 58% em relação às mulheres com o percentual de 42%. É interessante dizer que das mães avaliadas, a maioria são mães solteiras e falam com muito orgulho e empolgação que apesar das dificuldades conseguem em meio muito sacrifício criar seus filhos.

Nesta comunidade existem muitos problemas de gênero, onde o homem é a autoridade da família e se ele não está em casa não pode-se tomar nenhuma decisão em sua ausência, outrora tem outro aspecto relevante, pois existem casas onde a mãe cumpre os dois papéis (mãe e pai), deixando de lado os preconceitos de gênero (Ver figura 15).

Figura 15 - Porcentagem do chefe da família no Beiral

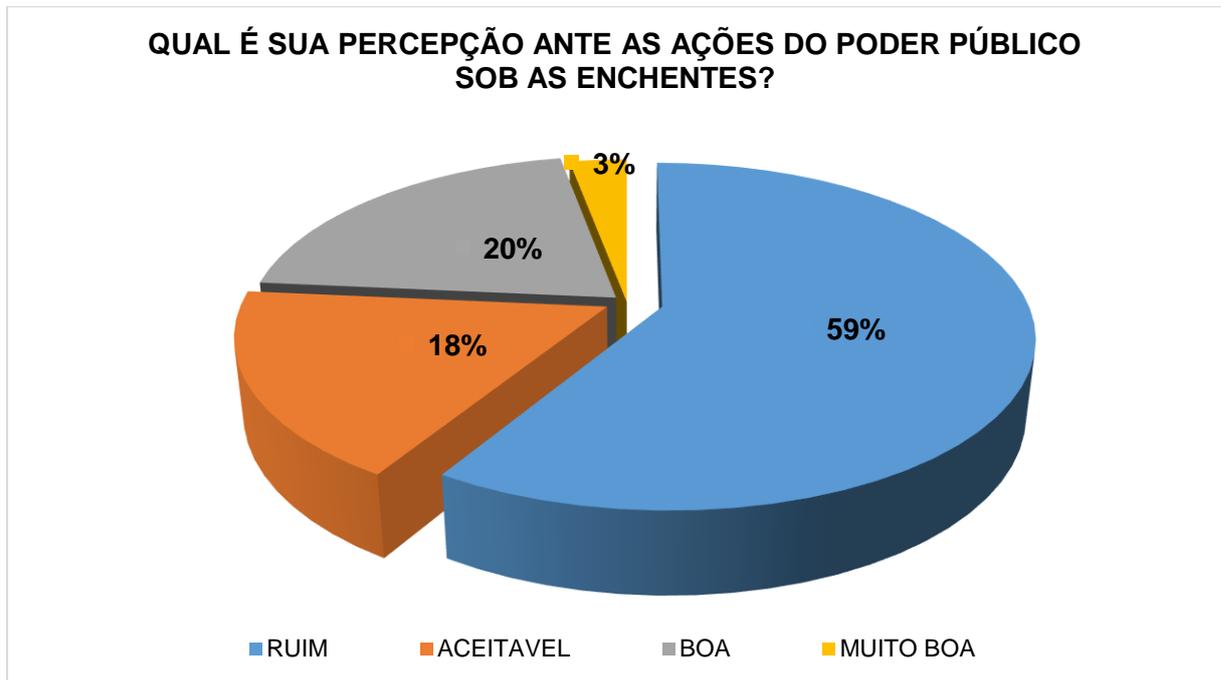


Fonte: Autor (2015).

Seguindo com a finalidade da pesquisa faz-se necessário conhecer qual é a percepção que os moradores têm frente as ações do poder público de acordo com as problemáticas das enchentes, o resultado mostra uma inconformidade de 58% da população avaliada, que possuem a opinião referente as ações públicas ruins, e 18% aceitáveis, e 20% boa e só 3% afirmou que era muito boa. Isso demonstra que as ações realizadas pelos órgãos governamentais não estão cumprindo com a obrigação de melhorar as condições de vida dos moradores, a ausência de implantação e implementação dos programas de prevenção e controle de desastres, para realizar ações de mitigação de danos, acrescentar programas para preparar a população de como reagir frente as enchentes e monitorar alertas de emergências.

Segundo as observações em campo, percebeu-se que o Beiral é uma zona de esquecimento do poder público. A ausência de controle e aplicação das práticas de políticas públicas, reflete na real atualidade em que essa comunidade encontra-se, onde não estão atualmente implementado nenhuma medida de controle das enchentes e também não se tem um seguimento na construção de novas moradias, outro elemento que agrava a situação e que não tem continuidade às políticas públicas de acordo com as mudanças de governo e não há uma divisão de tarefas entre os diferentes órgãos governamentais como: a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria do Estado, Prefeitura Municipal, para um melhor planejamento do pré-desastre para trabalhar de maneira conjunta (Ver figura 16).

Figura 16 - Porcentagem de percepção ante ações do poder público sob as enchentes.

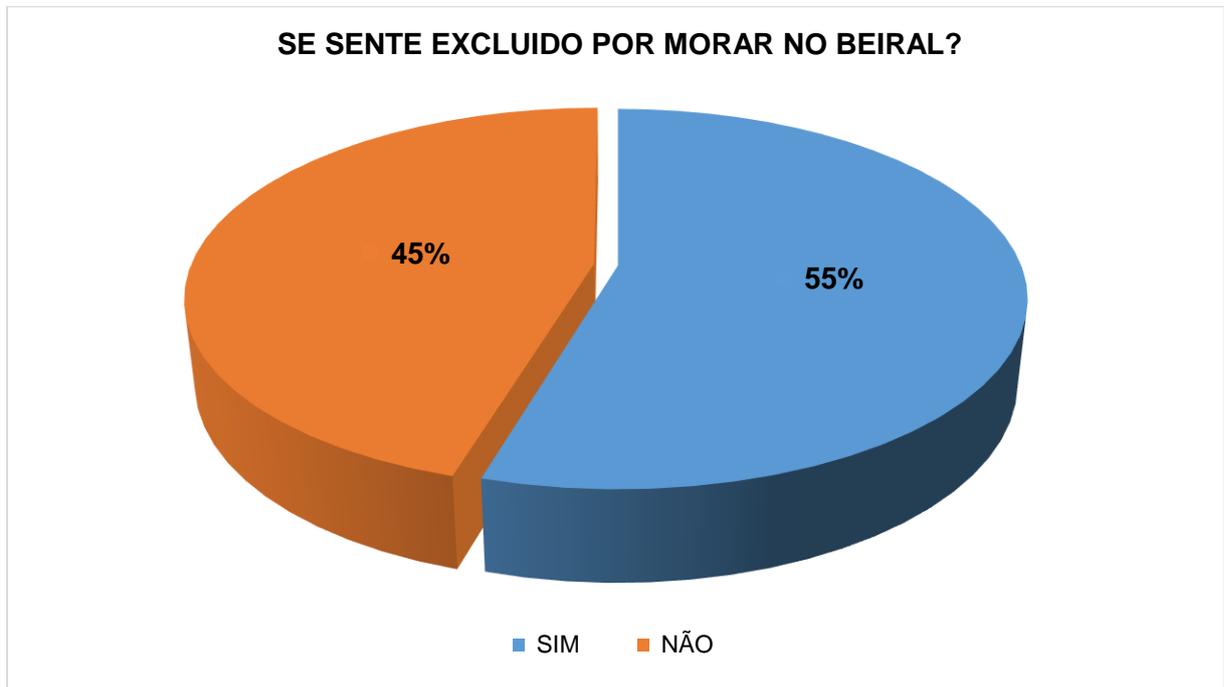


Fonte: Autor (2015).

A exclusão é um indicador de desequilíbrios territoriais e pode ser diferenciado pela ausência de investimentos em zonas vulneráveis, do poder público e políticas, criando lugares com problemas grandes sociais, porém este conceito de exclusão também pode ser observado com outras perspectivas de análise como por exemplo: o preconceito que as pessoas têm para os moradores de um lugar, por morar em uma zona com problemas sociais, tais como: tráfico de drogas, prostituição e insegurança. Compreendendo isso, pode-se perceber que 55% da população avaliada sente-se excluída pelos outros moradores de outros bairros e só um 45% não se sente excluído por morar no local de estudo.

As experiências coletadas na pesquisa de campo, segundo as experiências relatadas pelos moradores, revelou que as pessoas sempre tendem a relacionar os moradores do Beiral como pessoas que vendem drogas ou roubam e também em relação as mulheres designam como profissionais do sexo. Enfim, essa própria exclusão é considerada um fato existente de um preconceito colocados aos moradores do Beiral e esses elementos estão configurando em um sistema de isolamento e superação da mesma comunidade, essa evidência é sentida pelos moradores e no intuito de superar esses preconceitos acabam realizando suas próprias festividades com a finalidade de compartilhar vivências entre eles (Ver figura 17).

Figura 17 - Porcentagem de exclusão.



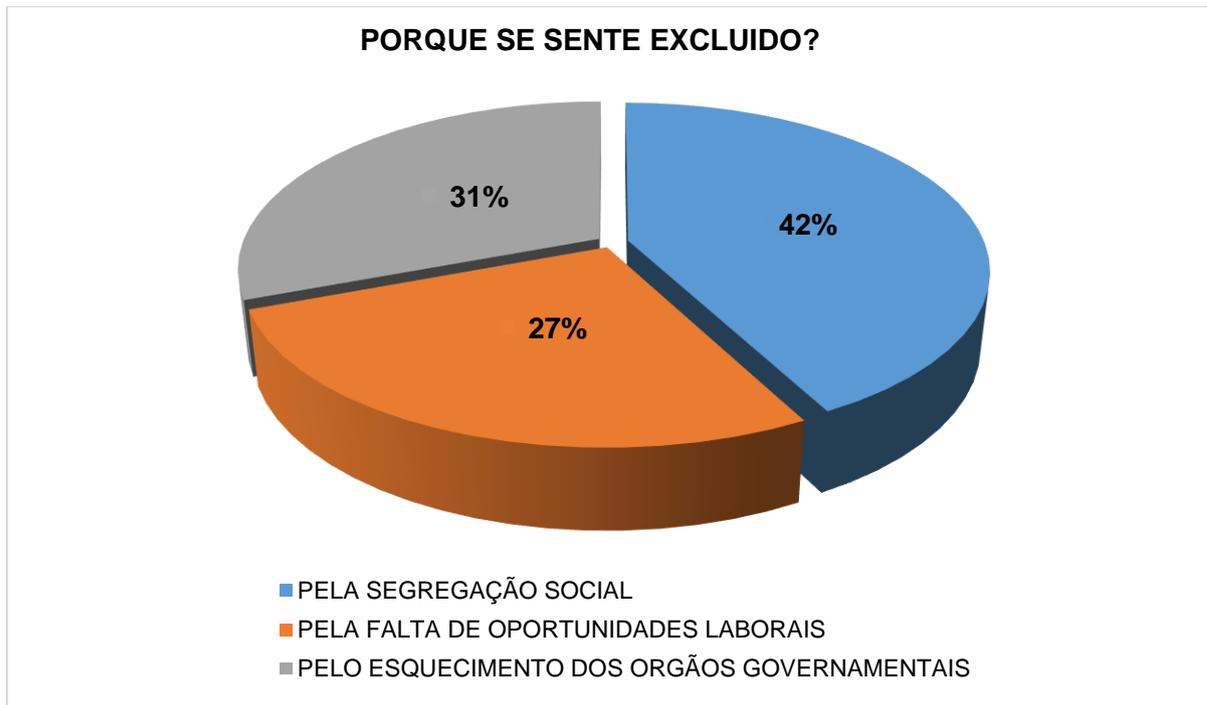
Fonte: Autor (2015).

Seguidamente perguntou-se porque se sente excluído e foi obtido o seguinte resultado de 55% dos avaliados responderam que a maior causa da exclusão é pela segregação social com uma porcentagem de 42%, e 27% pela falta de oportunidades laborais e pelo preconceito e 31% pelo esquecimento dos órgãos governamentais, isso é a realidade da comunidade do Beiral.

Na atualidade não tem programas de integração com a comunidade e cada vez mais as instituições privadas e não-governamentais cumprem a função de auxiliar os moradores nos seguintes aspectos: saúde, alimentação, estadia e atividades sociais e religiosas. Ressalta-se que a pastoral da criança que foi fechada pela falta de investimento e pela falta de apoio a essas obras sociais que ajudam as crianças que moram no Beiral e também as pessoas que vivem na rua (Ver figura 18).

Outro aspecto relevante é o compromisso que tem as igrejas com a comunidade que não conta com ajuda do governo, criando jornadas recreativas com intencionalidades sociais, como por exemplo: “Dia da limpeza”, que consiste em convidar as pessoas que vivem nas ruas, para que tomem banho, cortam o cabelo, doam roupas e oferecem a eles comidas típicas regionais. Esses tipos de jornadas criam consciência nos mesmos moradores e nas crianças para que elas saibam os danos que fazem as drogas e também criam valores nos mesmos moradores como por exemplo: respeito, amor e a melhor intenção de ajudar a seu próximo, ou as pessoas carentes.

Figura 18 - Porcentagem das razões de exclusão.

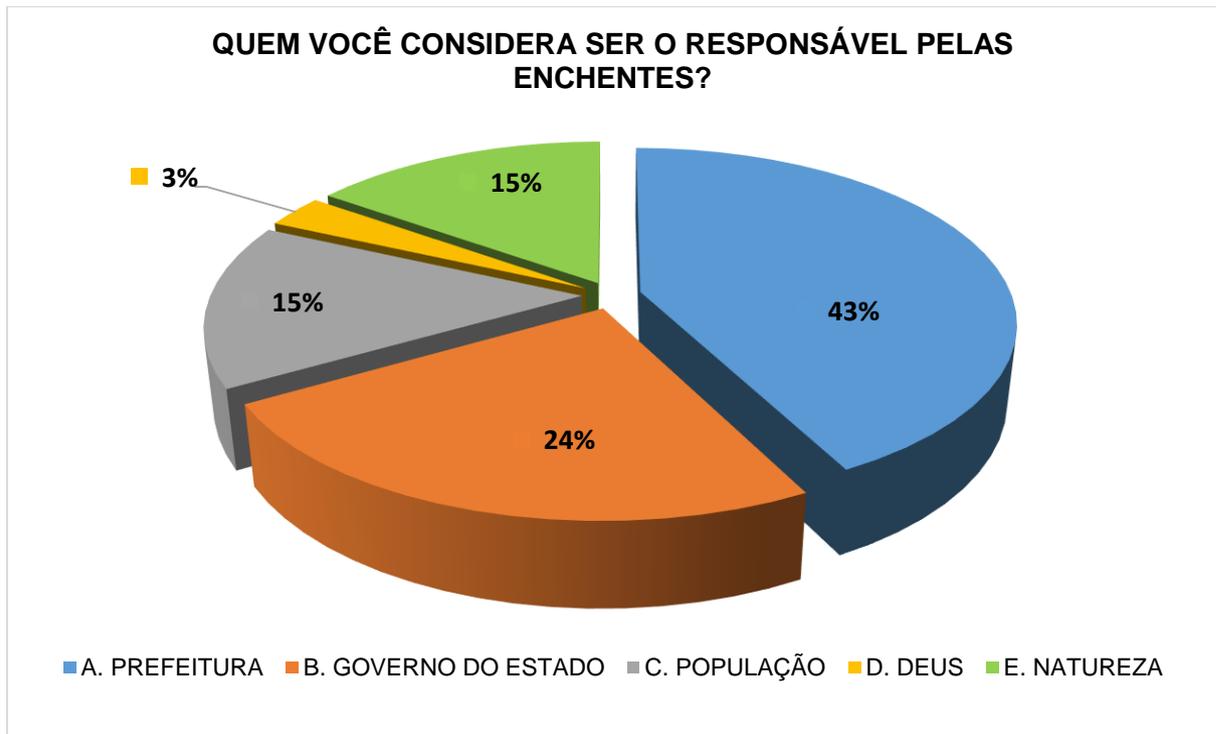


Fonte: Autor (2015).

Nesta pesquisa, foi imprescindível entender a percepção dos moradores de quem é a responsabilidade das enchentes. E encontrou-se que 67% acreditam que a responsabilidade são dos órgãos públicos, onde 43% do percentual dos 67%, referem-se a Prefeitura Municipal e 24% restante ao Governo do Estado de Roraima. Parte dessa população avaliada, concordam que se existisse um acompanhamento direto dos organismos governamentais e a criação das políticas ou projetos que ajudem a minimizar as problemáticas atuais. Os 15% concordam que a mesma população é responsável pelas enchentes e pela ocupação e apropriação de zonas irregulares com problemáticas ambientais definidas (Ver figura 19).

Os outros 15%, acreditam que o responsável pelas enchentes é a própria natureza, pois os moradores afirmam que isso obedece em parte ao crescimento que tem experimentado Boa Vista nos últimos anos, aterrando os antigos igarapés para construções de ruas e moradias criando novos bairros e acrescentando a população. E por último, 3% da população acredita que Deus é o responsável, pela falta de fé que a população tem na atualidade e relaciona isso como “prevenção do mundo atual”, isso quer dizer que acreditam que é um castigo divino pela falta de fé.

Figura 19 - Porcentagem da responsabilidade das enchentes.



Fonte: Autor (2015).

Nesta figura, pode-se observar que as próprias pessoas avaliadas persistem em morar no mesmo local, já que segundo o questionário avaliado revelou que 63% não gostaria de morar em outro lugar e só um 39% escolheria morar em outro local. No entanto, isso é um caso atípico porque embora os moradores conhecendo as problemáticas sociais e ambientais do Beiral, não escolhem outro lugar onde morar, e isso está ligado a dois fatores importante que são: aspectos materiais e imateriais o primeiro está ligado à elementos socioeconômicos e o segundo à elementos sentimentais e afetivos pelos momentos vividos no local (Ver figura 20).

Cada um dos elementos falados anteriormente são resultados visíveis da persistência dos moradores no local estudado. Os aspectos socioeconômicos referem-se a não condições econômicas dos moradores para comprar um lote em outra zona da cidade e porque não tem uma renda fixa para que possam empregar na construção da casa própria e isso nos demonstra que a situação financeira é determinante para a permanência no local, pois dificulta o processo ou possibilidade de mudança para outro bairro. Já os aspectos imateriais podem ser percebidos pelo tempo que tem as pessoas de morar nos espaços, criando laços de amizade no lugar cheio de experiências e muitos sentimentos.

Enfim, é preciso entender que 39% da população avaliada que revelou que gostaria de morar em outro lugar, responderam que os locais, seriam: o bairro Sílvio Leite, Cruviana, Santa Tereza, Caranã, Caumé, Cidade Satélite, São Pedro, Aparecida e São Francisco, isso justificase porque alguns dos avaliados têm familiares nesses bairros e os outros moradores que escolheram para ficar mais próximo do Centro e por simpatizarem com esses bairros.

Figura 20 - Porcentagem de pessoas que morariam em outro lugar.

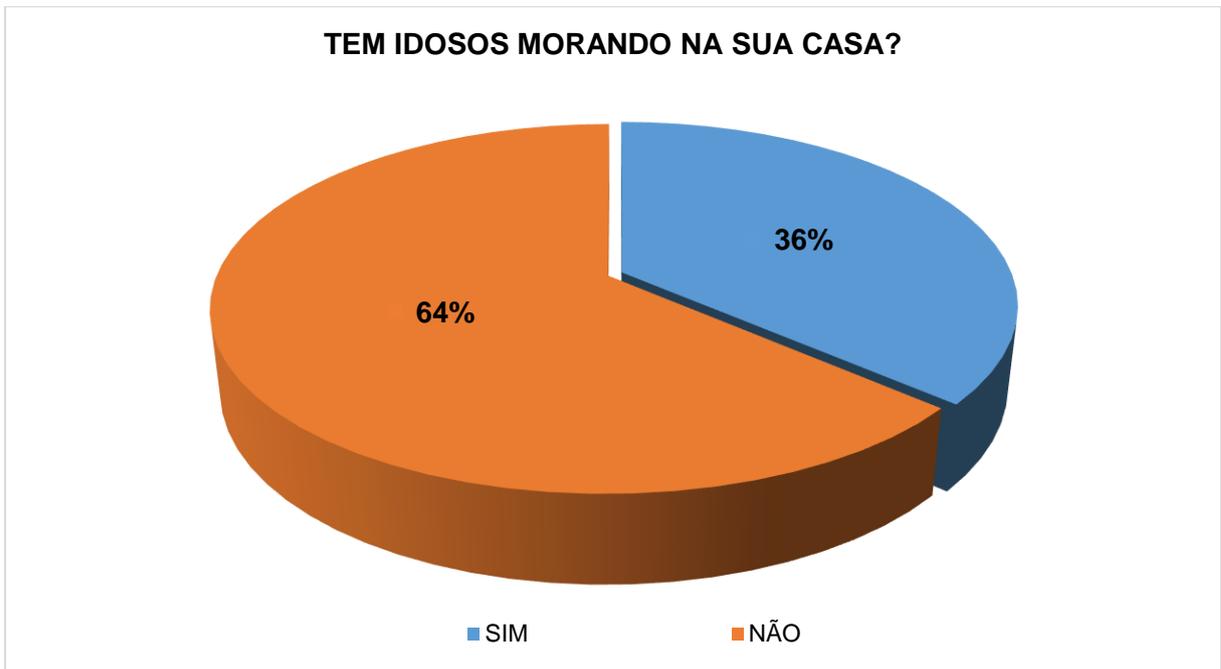


Fonte: Autor (2015).

Entendendo a ameaça como a ocorrência de um fenômeno natural, uma vulnerabilidade como o número de pessoas expostas a uma ameaça e um risco como a quantificação de perdas de vidas humanas e materiais, pode-se dizer que é interessante conhecer quanta população idosa mora no Beiral, já que pela idade que eles tem pode ser um fator limitante para sair de maneira rápida na ocorrência de uma enchente.

Então, identificou-se que somente 36% da população avaliada é idosa a qual gera um risco maior para elas, lembrando que a idade também pode ser percebida como uma maior experiência frente a um fenômeno como forma de reagir mais rápido (Ver figura 21).

Figura 21 - Porcentagem de pessoas idosas.



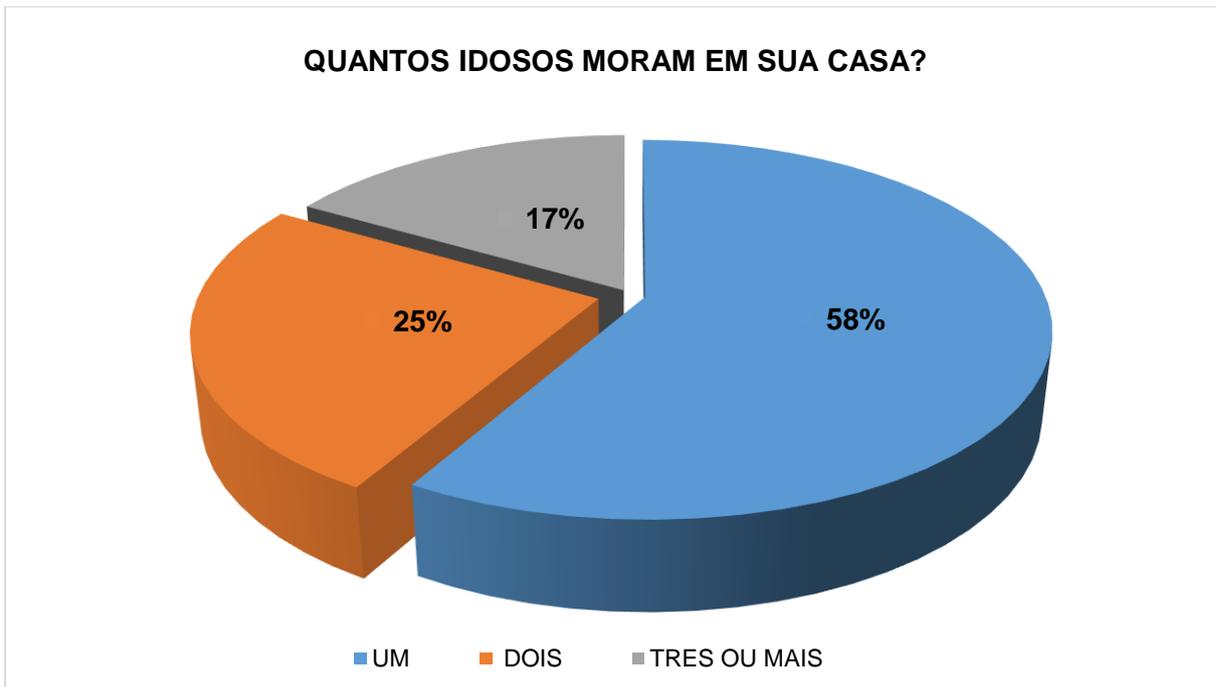
Fonte: Autor (2015).

Contudo, dos 129 questionários aplicados no Beiral, 47 pessoas são idosas que representam uma porcentagem de 36% da população amostrada, essa porcentagem realizou-se outra pergunta para saber a distribuição das pessoas idosas e se tem algum padrão de localização de acordo a sua experiência ou de acordo a alguns outros interesses.

E demonstrou-se que 58% que representa a 27 famílias que vivem com só um idoso em suas casas, e 25% que representa 12 famílias que mora com dois idosos e 17% que representam 8 famílias que moram com 3 ou mais idosos, isso pode influir nas famílias pois podem ter um risco maior na eventualidade de ocorrer um fenômeno natural como as enchentes e precisarem de mais tempo para ajudar os idosos para sair de suas casas evitando mais prejuízos (Ver figura 22).

Além disso, é necessário saber que a maioria dos idosos do Beiral são os mais persistentes em continuar morando nesse local e que não tem nenhum padrão de localização, seja pelo tempo que tem habitando esse lugar ou pelas experiências adquiridas em neste local.

Figura 22 - Porcentagem de número de quando idosos que moram na casa.

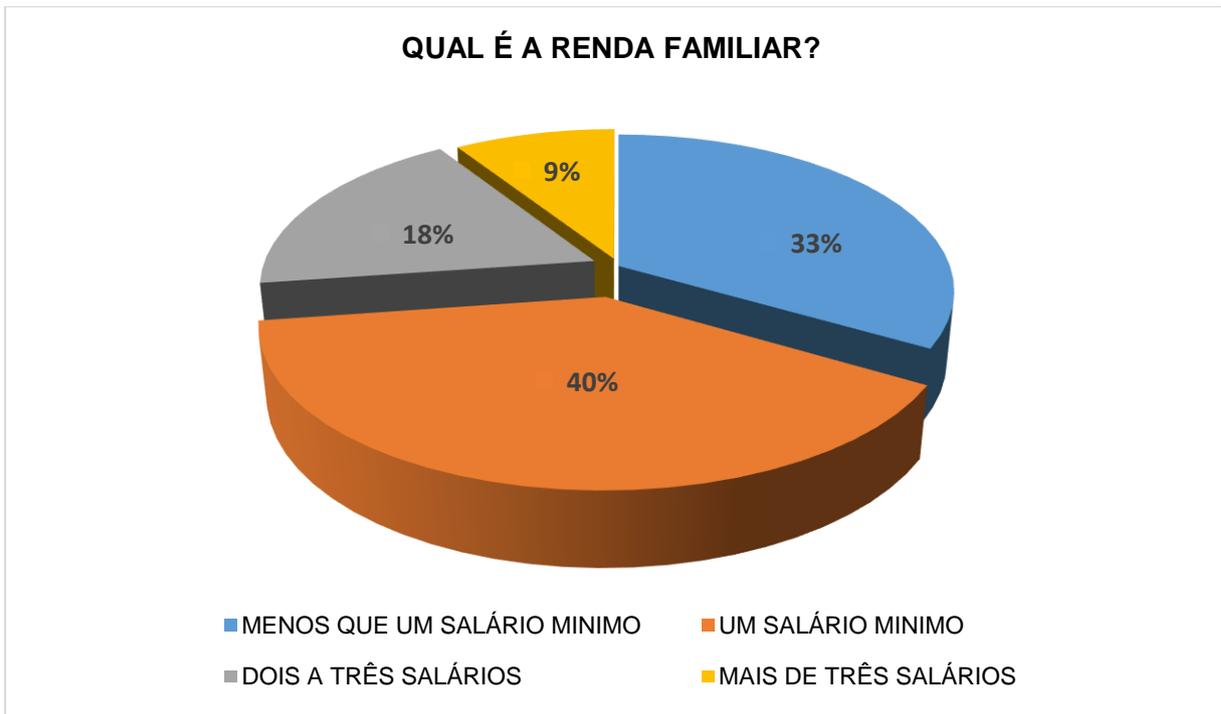


Fonte: Autor (2015).

Para as informações socioeconômicas é preciso conhecer qual é a renda das famílias que moram no local, o estudo demonstrou que 33% da população avaliada vive com menos de um salário mínimo e desempenha funções de trabalhos autônomos, como: pedreiro e no comércio informal. Por outro lado, 40% da população dessa comunidade possuem um idoso em sua casa que estão inscrito em programas governamentais como bolsa família, aposentadoria e/ou pensão e isso constitui uma fonte de renda, e finalmente, as pessoas que trabalham com alguns órgãos governamentais na função de profissional dos serviços gerais, como: vigia e limpeza.

As famílias que ganham entre dois ou três salários mínimos corresponde a 18%, tem mais de dois idosos em casas inscritos no programas governamentais, pessoas que estudaram e conseguiram passar no concurso público, e por último tem famílias que sua renda é maior a três salários mínimos e tem uma representação de 9% e a maioria dessas famílias está ligada a pessoas que vivem do tráfico de drogas e da prostituição, é preciso dizer, a respeito desse último percentual, que o horário de trabalho começa depois das 16 horas da tarde e vai até a madrugada tendo praticamente o dia para descansar e fazer suas obrigações domiciliares (Ver figura 23).

Figura 23 - Porcentagem da renda familiar no Beiral.



Fonte: Autor (2015).

Nesta parte do questionário, a ideia central foi deixar claro a intenção de compreender a persistência dos moradores do Beiral em continuar morando nesse local, mesmo conhecendo as ameaças do tipo natural como são as enchentes, para isso quatro elementos ajudaram a compreender de maneira clara e objetiva a finalidade da pesquisa. Observou-se que 49% da população acredita que morando no Beiral existe a facilidade de locomoção e transporte para outros bairros, como por exemplo: pagam somente uma passagem para ir a qualquer bairro da cidade, pois o terminal central de ônibus e lotação está localizada na parte central da cidade, e perto do local estudado.

Também encontrou-se que 18% representam as vivências criadas com outros moradores isso quer dizer que os elementos imateriais e os sentidos adotados aos espaços tem uma importância na vida deles, porque esses laços de amizade, e sentimentos adotados pelas pessoas fazem com que se apropriem do local e não queiram sair de lá facilmente (Ver figura 24).

Verificou-se também que o valor de 18% de acordo com os questionários aplicados revelou que os moradores também não tem condições econômicas para morar em outros bairros e isso funciona como limitante para eles continuarem morando lá, ainda conhecendo os riscos

ambientais já descritos anteriormente, porque a maioria são pessoas que possuem trabalhos informais, com famílias numerosas de filhos o que agrava o problema (Ver figura 24).

Neste sentido, faz-se necessário entender que os dois elementos descritos anteriormente funcionam com o mesmo peso dentro do sistema das territorialidades e não de forma independente. Consequentemente, a ideia de geração de emprego e de renda conta com uma porcentagem de 9%, sendo um elemento do sistema, e por último, a segurança com 6%, esse elemento é fundamental para manter o ordem e no controle dentro do local.

Isto quer dizer que eles se sentem mais seguros dentro do local que fora porque as próprias problemáticas sociais como a venda das drogas lícitas e ilícitas, criando um espaço mais seguro para os próprios moradores, é tanto assim que qualquer tipo de problemas comunitários eles preferem falar com as pessoas a cargo do tráfico e não ir a polícia.

E finalmente, foi percebido que as construções das casas no local estudado obedece um padrão diferente dos outros bairros da cidade, pois as moradias no Beiral não tem muro na parte da frente caracterizando assim um aspecto de segurança que os próprios moradores adquiriram pela convivência em meio as problemáticas, diferente das construções de moradias em outros bairros que são todas muradas, com cercas elétricas e câmeras para prevenir e manter a segurança da moradia (Ver figura 24).

Figura 24 - Porcentagem de persistência dos moradores no Beiral.

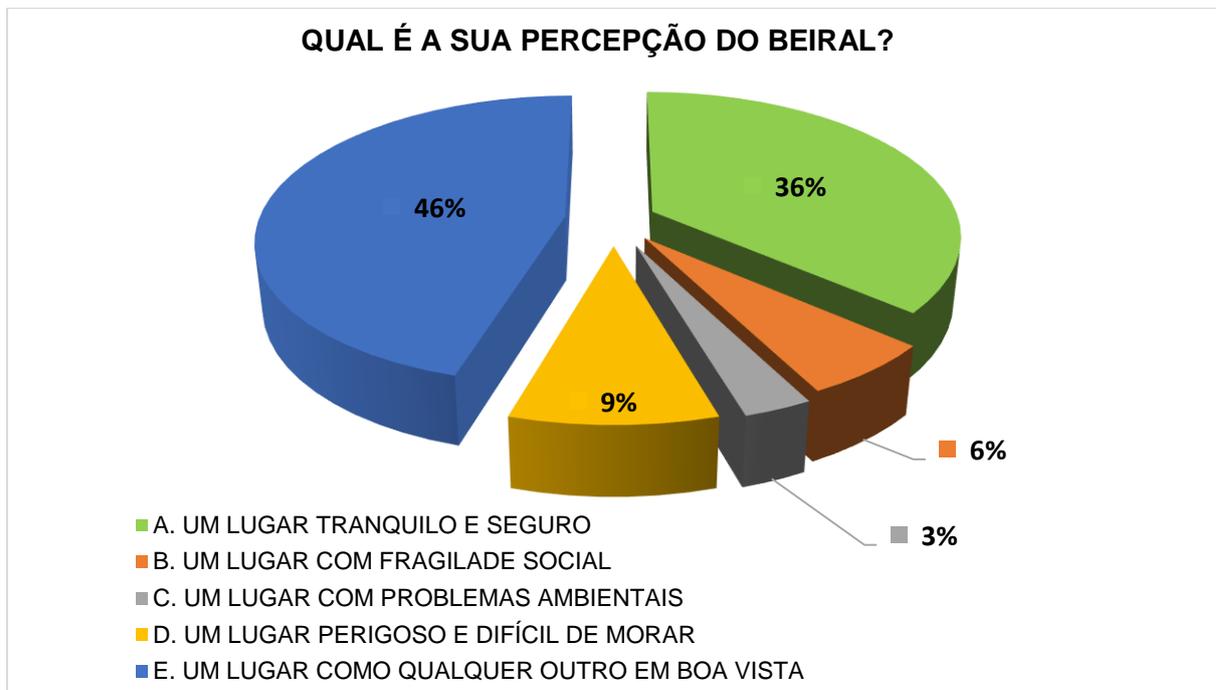


Fonte: Autor (2015).

Na figura 25, representa uma continuidade ao fenômeno estudado para entender a percepção que os moradores tem a frente ao local e se pode observar que a maior porcentagem que corresponde é de 46% referindo-se como um lugar comum em Boa Vista, seguidamente com 36% como um lugar tranquilo e só 9% da população avaliada considera o Beiral como um lugar perigoso e difícil de morar e essa porcentagem considera que sair de lá e migrar para outros bairros seria uma boa solução (Ver figura 25).

Seguindo com a mesma temática é preciso dizer que só 6% da população avaliada reconhece o Beiral como um lugar com fragilidade social e um 3% como um lugar com problemas ambientais e isso se deve a todos as relações do poder que os moradores tem pelo poder que exerce o tráfico de drogas criando limites invisíveis, as transformações percebidas pelos moradores durante os anos ocorrem de forma dinâmica e funcional, as territorialidades das pessoas intituladas profissionais do sexo e como elas se apropriam do espaço apresentando mudanças de dia e de noite e por último, as religiosas que por meio da fé constitui um conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar o território (Ver figura 25).

Figura 25 - Porcentagem da percepção dos moradores sobre o Beiral.



Fonte: Autor (2015).

Enfim, esse jogo de interesses cria essas territorialidades mas todas persistem em continuar nesse lugar com umas características únicas, onde cada elemento vê, e acredita de acordo com seus interesses e seu campo de ação.

4.1 SÍNTESE DOS ASPECTOS PESQUISADOS.

Sintetizando a análise realizada, é preciso falar que as territorialidades foram entendidas como um sistema que tem funções, cria formas, conteúdos e gera funcionalidades e onde esse sistema é compreendido por elementos que tem uma finalidade dentro do espaço e atributos que podem condicionar o espaço.

O “Beiral” é um lugar com ótima acessibilidade a todos os bairros da cidade de Boa Vista. A comunidade ainda é carente em vários serviços essenciais como saúde, o posto médico, falta de escola de ensino fundamental e médio, ausência de farmácia, carência de atividades culturais, a falta da ação do poder público com seu local de moradia, uma má iluminação em algumas ruas e avenidas, problemas na segurança e a falta de policiamento nas ruas, e o tráfico de drogas. Além disso, percebeu-se também, o nível de precariedade das casas dos moradores do local, e o grau de exposição à todas as enfermidades decorrentes da falta de acesso a esses equipamentos urbanos.

De acordo com a pesquisa de campo encontrou-se que no mesmo “Beiral” os moradores tem apreciações sob as enchentes como uma ameaça que não é recorrente e que aguardam uma enchente maior cada quatro anos, também demonstrou-se que a economia e os sentidos de lugar são fatores chaves para que eles persistam em ficar nesse lugar, porque para alguns moradores do “Beiral” pode ser um lugar perigoso e malvisto, e para outros moradores é um lugar tranquilo, calmo e bom de viver, pelo gosto de morar no lugar e porque não ter condições econômicas de morar em outro lugar.

Neste sentido, concorda-se com Tuan (1980, p. 45), quando afirma que “o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores”. Porém, o lugar onde desenvolveu-se a pesquisa “Beiral”, aplica com os três componentes básicos ressaltados acima, porque conserva a importância afetiva para os moradores e isso pode ser percebido pelo tempo que cada morador tem de habitar nesse local, somando as experiências adquiridas ou relações íntimas obtidas durante o tempo de moradia com os vizinhos e familiares.

Atualmente as pessoas da comunidade estão satisfeitas com o lugar onde residem, outro fator da persistência dos moradores são: a baixa renda dos moradores por ter trabalhos informais, a exclusão por parte dos órgãos governamentais, o preconceito que os outros moradores da cidade tem com os moradores do Beiral, esses fatores também influenciam de maneira direta na persistência, porque embora não ter uma economia sustentável aproveitam as características do meio ambiente para satisfazer as necessidades básicas como a comida, como por exemplo: pescar peixe, cultivar nas áreas perto do Rio Branco.

As territorialidades persistentes no campo da organização institucional é construída a partir do sentido que emerge no estabelecimento das formas de socialização (família, comunidade e vizinhos) e a estabilização das práticas organizacionais e políticas de estabelecer novos relacionamentos e melhorar o desempenho individual do sujeito, compreendendo que é preciso melhorar o planejamento de políticas públicas que regem e organizem novos padrões de moradias, como a desenvolvida pelo governo minha casa minha vida que cria ferramentas organizativas criando padrões organizacional.

Neste contexto, está se referindo ao poder jurídico, social e político e seus mecanismos de reprodução social. No âmbito da sua espacialização é configurado a partir do sentido que emerge na realização física, a materialidade e a morfologia dos lugares, que expressa a estrutura dos espaços e relações físicas, funcionais e formais.

As territorialidades persistentes no campo imaginário é construído a partir do sentido que reconhece os moradores do Beiral ao espaço vivido onde experimentam suas vivências e onde encaixa sua imaginação aos espaços que ocupam. Também as memórias, percepções, desejos, medos e tensões que são construídas socialmente e culturalmente pela comunidade. E finalizando, o nível experiencial é construído no sentido que surge na vida cotidiana, derivada de suas atividades, costumes e práticas sócio-culturais, individuais e coletivas, tendo lugar no espaço, que geram fluxos, ritmos, costumes e hábitos que estabelecem formas individuais e coletivas de habitar o lugar (Ver tabela 1).

Tabela 1 - Atributos das Territorialidades Persistentes no Beiral.

IMAGINÁRIO E VIVÊNCIA	ESPACIALIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Identidade	Poder
Preconceitos	Conexões
Memórias	Limites
Percepções	Imposições
Imaginários	Políticas
Desejos	Sociedade
Medos	Cultural
Inclusões	Interesses
Exclusões	Regras do jogo
Costumes	Regulação
Hábitos	Economia
Sentimentos	Seguridade
Confluências	Segurança
Ritos	
Gostos	

Fonte: Autor (2015).

Neste sentido é preciso descrever como se criam esses atributos no espaço. Na questão de imaginário e vivências, existem matizes socioculturais, habitantes, instituições e organizações que criam com suas memórias e seus desejos, moradores e processos urbanos que criam espaços de acordo com suas vivências, a forma de expressão que representam o imaginário cotidiano e instauram os hábitos adquiridos e a formalização de práticas socioculturais.

E finalmente, no sentido das espacialidade e organização institucional os sujeitos, atores urbanos e a sociedade estabelecem mecanismos e relações para estabilizar e instaurar seus processos, onde existe a formalização organizativa e institucional por meio de mecanismos de reprodução social e formalização de um contexto sociopolítico, criando estruturas físicas do espaço, que configuram ou determinam a maneira dos lugares, gerando uma materialidade, como expressão formal de um fato espacial e vivencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender todos os processos desenvolvidos nesta pesquisa, precisou-se ver o lugar, como um objeto móvel e não como estático ou como um fator físico e material, ter que compreendê-lo, como um campo de negociações do dia-a-dia que atinge certos graus de coerência e de certos momentos de estabilidade de longa ou de curta duração, também pode ser instável e altamente variável.

O território não pode ser definido por limites, mas é a produção e reprodução resultante e permanente de trocas e de codificação entre diferentes práticas sociais, culturais, políticas, e para isso é necessário compreender os espaços como um sistema estático e variável, funcional e dinâmico para entender as diversas funcionalidades que criam-se por meio das vivências dos sujeitos em lugares com cargas simbólicas.

É necessário compreender que o processo territorial no local estudado "Beiral" não depende exclusivamente daqueles que nele habitam, mas também do resultado das políticas institucionais implementadas e da organização política interna, que fortemente tem configurado espaços e lugares de acordo com os processos nacionais, regionais e muitas vezes por processos globais.

Neste sentido, são concebidas as marcas territoriais, como elementos que constroem territorialidades no espaço. A primeira refere-se a marcas registradas, das ações dos habitantes do Beiral que produzem e utilizam o espaço, para ter suas relações cotidianas e também os atores institucionais que proveem de ferramentas para melhorar suas condições de vida. Conseqüentemente, a segunda refere-se aos processos sociais, culturais, contextos tecnológicos, econômicos e políticos que afetam ou ajudam o lugar.

Ao observar as territorialidades no beiral, deve-se ter uma dimensão holística, que permita a decodificação dos poderes e a identificação das redes dominantes e resistentes que fundamentam o lugar, ou seja, para identificar as diferentes posições dos sujeitos no campo do jogo, envolve identificar uma lógica sistemática e compreender os mecanismos dos atores estruturados, identificando o desenvolvimento dos fenômenos relacionados com a finalidade de determinar negociações ou divisões imaginárias implementadas pelo poder, em outras palavras, o jogo do poder é a chave para entender a dinâmica da configuração dos espaços, processos, potencialidades e limitações.

Entendenda-se, que o poder não está limitado somente ao poder político e jurídico do Estado centralizado de Roraima, porque o processo de territorialização ou de des-territorializações tem poderes que emergem e tornam-se visíveis procurando um equilíbrio de poder, onde por meio de uma estratégia criam um conceito de jogo estratégico e isto implica a ideia de lutar para a fixação do sentido, de normas e códigos, entre os diferentes atores e de acordo com as diferentes posições dos sujeitos.

Os poderes estão ligados as diferentes esferas socioculturais, administrativas, procurando estabelecer seus sentidos, tornando-se invisível, marcando os dois imaginários como o cotidiano dos habitantes, bem como o social, político, espaciais, instituições de organização e regulamentos da cidade.

Contudo, primeiramente que existem diferentes lógicas de territorialidade no Beiral, primeiro do setor privado, porque atualmente não tem um projeto no local que possa criar ferramentas de inclusão ou desenvolvimentos para os moradores, o segundo aspecto está relacionado ao Estado, que precisa melhorar a percepção de confiança pelos moradores e usar estratégias que permitam criar uma confiança nos órgãos governamentais, o terceiro refere-se as organizações sociais que alcançam uma identidade como atores territoriais, por meio dos projetos coletivos e comunitários que desenvolvem, e finalmente o quarto está direcionado aos grupos armados (tráfico de drogas, prostituição e crime organizado), que impõem uma força transversal no Beiral porque é dividido microterritorialmente por interesses econômicos criando limitantes invisíveis pelo micro tráfico de drogas e conseqüentemente alterando os processos e transformando a construção física do território e das territorialidades.

Atualmente, o Beiral é um acúmulo amplo de intervenções e organizações sociais, bem como trabalhos missionários das igrejas, que atuam como mediadores neutros no conflito, dado a confiança depositada pelas mesmas pessoas e atores do conflito, procurando construir oportunidades para a resolução desses conflitos.

De acordo, com as apreciações dos moradores os políticos, olham o "Beiral" como um recurso eleitoral, embora eles executem seu propósito no lugar, esquecendo a visão de uma cidade coletiva com processos de política pública participativa. Em contraste com os interesses das igrejas ou alguns grupos acadêmicos que procuram desenvolver projetos de inclusão neste lugar e acrescentar os valores morais.

Tanto o Estado e os políticos são considerados de duas maneiras pelos moradores do Beiral, primeiro que são muito associados entre si, mas sutilmente diferentes, o Estado como benfeitor, teria a obrigação de dar a todos os habitantes da cidade os mesmos planos e programas de inclusão e não implantar projetos em lugares com interesses próprios, vigiando o orçamento do município, enquanto os políticos criam regulamentos que permitam uma lógica de produção e uma sociedade que incorporam regulamentos e recodifiquem ou resistam a essas lógicas particulares.

A comunidade do Beiral constitui um espaço cheio de memórias e imaginários, identidade, hábitos, costumes, tempos, ritmos, formas de percepções, sonhos e desejos, que foram construídas pelas histórias individuais e coletivas dos moradores. As imagens dos moradores no local estudado são marcadas por certas polaridades sociais e também pela ordem estabelecida e pelo centro hegemônico do poder.

Uma das áreas em que a territorialidade se forma é a memória, e esta toma como base a imaginação dos próprios moradores, criando uma mesclagem do inconsciente com as práticas sociocultural contra os espaços vividos, construindo imagens sobre esses espaços podendo limitar ou orientar certas percepções de amor ou medo aos lugares vividos, do qual são assumidos pelas relações com espaços. Essas memórias e imaginários são expressadas em percepções pessoais criados no território, ou seja, depois de tais práticas sociais a estigmatização ou exclusão física ou social é criada pelas percepções das pessoas e de acordo com suas vivências e experiências pessoais de cada indivíduo.

Como afirma Silva (1992), "O território pode ser concebido de várias maneiras: do espaço físico é reconstruído por várias maneiras (...) o território refere-se de uma complicada elaboração simbólica que nunca se cansa de apropriar e renomear coisas no espaço criando características existencial dos moradores."

Corroborando Deleuze (1997), dada a multiplicidade de atores e assuntos do local e suas condições de simultaneidade e multiplicidade, os territórios imaginários variam de acordo com as características dos grupos, comunidades e indivíduos que percebe-los, de modo que "o significado nunca é homogêneo".

Assim de acordo com esses autores, as diferentes memórias e imaginários em um só lugar correspondem a diferentes experiências e matriz sociocultural e, portanto, diferentes serão seus exercícios de territorialidade e suas marcas na construção de seus territórios. Na atualidade

há um conjunto de padrões socioculturais de percepção, avaliação e ações, que são o diferencial e fortalecem as estruturas institucionais.

Nesse sentido, faz-se necessário desvendar os sentidos sociais, culturais e políticos que adota esse espaço, carregando múltiplos e simultâneos significados e razões individuais ou coletivas, permitindo que não necessariamente as razões culturais, sociais e políticas criem um mesmo significado coletivo entre todos os moradores. Então, é preciso olhar o território, como um lugar, dotado com razões individuais e coletivas que se movem no torno da cultura, identidade, a razão social onde sua expressão social, política, estética e criam seus próprios modos e formas de vida.

Por isso, o espaço não depende de sua coerência, sua harmonia, nem de sua homogeneidade, pelo contrário, em grande parte surge e está imerso na contradição que constitui-se o heterogêneo. Dentro a simultaneidade de padrões sobrepostos que ocorrem no espaço, em que um nível compreende ao mesmo tempo, o espaço já não é definível de uma única escala ou de uma só dimensão.

Por outro lado, é importante definir na atualidade por meio do plano diretor e os governos intersetoriais, estudos urbanos prevenindo as enchentes, onde procuram envolver, identificar e procurar soluções a esses problemas ambientais. Para isso, segue quatro aspectos essenciais que permitem ter a compreensão do fenômeno tratado:

1. Um inventário detalhado das enchentes históricas e efeitos nos bairros da cidade e nas comunidades afetadas. Isto deve ser um processo contínuo, onde anualmente ele controlará a áreas sujeitas à inundações e determinadas as variáveis humanas que influenciam a manifestação do fenômeno.
2. Criar ferramentas jurídicas que permitam parar o crescimento da população na área de vulnerabilidade, com a finalidade de desenvolver pesquisas que ajudem a promover trabalhos de conservação e prevenção. Para incentivar e informação a população para não residirem em áreas vulneráveis e que promovam o incentivos legais para esses moradores se desloquem do local ameaçado.
3. Campanhas de educação sobre o conhecimento dos planos de emergência sobre o fenômeno das enchentes em outras palavras conscientizar a comunidade sobre ameaça que existe no lugar.

4. Implementar projetos de proteção de barreiras naturais e reabilitação de florestas para ajudar a preservação do meio ambiente.

Finalizando, não pode-se esquecer as limitações que contou-se para a realização da pesquisa, primeiro foi a coleta de dados por parte dos órgãos governamentais sobre as enchentes, porque alguns órgãos não disponibilizaram as informações suficientes para realizar análise com maior profundidade, também o acesso ao local pelas problemáticas sociais, a falta de união dos órgãos que atuam nos desastres e enchentes, ressalta-se que o plano existente desses órgãos para atingir a problemática natural não tem relação de trabalho conjunto e coordenado, isso implica na falta de implementação de jornadas de prevenção do risco para os locais afetados, a falta de interesse por desenvolver pesquisas desse tipo, e integração com a população e principalmente a falta de mecanismos de controle para tentar deter os moradores que vão chegando de outros lugares a residirem na comunidade do Beiral.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J., y DUNCAN, J. **The Power of Place: Bringig together geographical and sociological imaginations.** Londres: Ed. Unwin Hyman, 1989. p. 40-89.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS. Desastres naturales y vulnerabilidad. 2009. Washington D. C. **Anais....** Washington: 2009. 89 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas Brasil - abastecimento urbano de água resultados pelos Estados.** Brasília. 2010. v. 2, p. 28-29.

ATLAS de RORAIMA. Fundação IBGE. 1981.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS et all (org.) **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1994. 53 p.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS: 1991 A 2012. **Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.** 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: CEPED - UFSC, 2013. p. 15-68.

AZEVEDO. M.V. **As territorialidades do “Beiral” no contexto da reprodução do espaço em Boa Vista-RR.** (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014, p. 45-60.

BARBOSA,R. **Ocupação humana em Roraima, colonial i. histórico fazer ao fazer assentamento indo para casa.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - pesquisa de núcleo de Roraima. Belém, PA. 1993. p. 123-144.

BARBOSA, O. ; RAMOS, 1959 J.R.A..**Território do Rio Branco - geomorfologia dá de aspectos principais, geologia dá e das Coordinator minerais de sua área Septentrional.** (*Boletim n ° 196 divisão de geologia e mineralogia da*). 1959. 46 p.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **La construccion del espacio social de la realidad.** 14 ed. Buenos Aires - Argentina: Amorrortu, 1997. p. 43-45.

BIANCHINI, F. **Re-imagening the City.** University of Liverpool. Ed. Centre for Urban Studies: Liverpool, 1990. 79 p.

BONETTI, M. **Le bricolage imaginaire de l'espace**. Marseille: Ed. Hommes & Perspectives, 1994. p. 20-42.

BOSQUE; SENDRA, J. “**Estereotipos del lugar geográfico**”, en BOSQUE SENDRA, J. et. alii. **Prácticas de Geografía de la percepción y de la actividad cotidiana**. Barcelona: Ed. Oikos-tau, 1992. p. 101-124.

BOURDIEU, P. **Espacio social y génesis de las clases: Sociología y Cultura**. 2 ed. México D.C: México, 1990. 309 p.

BLAIKIE, P. T.; CANNON, I.; B.WISNER. **Vulnerabilidad. El entorno social, político y económico de los desastres**. Lima – Perú. 1996. 78 p.

CARDONA, O. **Prevención de Desastres: estrategia para el desarrollo sostenible**. Conferencia Interamericana sobre Reducción de los Desastres Naturales. (Serie Texto Tecnico). Cartagena: Colombia, 1994. 15 p.

CARDONA, O. **Evaluación de la amenaza, la vulnerabilidad y el riesgo**. In: Andrew maskrey, Los Desastres *NO* son Naturales. Quito - Ecuador: La Red, 1998. p. 51 -74.

CARDONA, O. ; HURTADO, J. **Modelación Numérica para la Estimación Holística del Riesgo Sísmico Urbano Considerando Variables y Técnicas Sociales y Económicas**. 129 p. Disponivel em <<http://www.desenredando.org/public/varios>>. Acesso em: 10 de dez. 2014.

CARDONA, O. D. **Estimación Holística del Riesgo Sísmico utilizando Sistemas Dinámicos Complejos**. 95 p. Disponivel em: <<http://www.desenredando.org/public/varios/2001/ehrisusd/index.html.2001>>. Acesso em: 10 de dez. 2014.

CARPENTER, C. R. “**Territoriality: A Review of Concepts and Problems**”, en ROE, A. y SIMPSON, G.G.. Yale University Press. New Haven: Behavior and Evolution, 1958.

CENAPRED. Centro Nacional de Prevención de Desastres. **Diagnóstico de Peligros e Identificación del Riesgos en México**. 3 ed. México D.F: México. 2001. 190 p.

CENAPRED. Centro Nacional de Prevención de Desastres. **Inundaciones Serie Fascículos**. 6 ed. México D.F: México. 2004. 230 p.

CENAPRED – Centro Nacional de Prevención de Desastres. Secretaria de Governacion. **Inundaciones**. México: CENAPRED, 2007. 56 p. (Serie Fascículos).

CORAGGIO, J. **Sobre la espacialidad social, La cuestión regional en América Latina**. 2. ed. Quito: Perú, 1989. 180 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **L. O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995. (Boletim Gaúcho de Geografia).

DELEUZE, Gilles y GUATTARI, Félix. Mil mesetas. **Capitalismo y esquizofrenia**. España: Del ritornelo, 1997. p. 317-358.

ECHEVERRIA, M.C; RINCON, A. (2000). **Ciudad de territorialidades.polemicas de Medellin**. Centros de estudios del habitat popular CEHAP de la Universidad Nacional de Colombia sede Medellin. Colombia: Antioquia, 2000. p. 68-90.

ECHEVERRIA; RAMIRES, M. C. **Decentrar la Mirada: avizorando la Ciudad como territorialida**. Bogota - Colombia: Unilibros, 2001. p. 217-249.

ESTABANEZ ALVAREZ, J. **La dimension especial en el estudio de la Ciudad**. Barcelona – Espana: Oikos-tau,1995. 29 p.

FREITAS, Aimerê. **Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros**. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 2000. p. 61-76.

FLEMMING, G. **How can we learn to live with rivers? The Findings of the Institution of Civil Engineers Presidential Commission on Flood-risk management**. Phil. Trans. R. Soc. Lond., London, v. 360, n. 1.796. 2002. p. 1.527-1.530.

FOUCAULT, M. **Microfísica del poder**. 1. ed. Madrid - España: La piqueta, 1991. 200 p.

FUNAI. 2008. **Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal**. Fundação Nacional do Índio – Funai. Cooperação Técnica Alemã – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. Levantamento Etnoambiental das Terras Indígenas do Complexo Macuxi Wapixana. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ. 192 p.

GUERRA, A. T. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE. 1957. p. 30.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973. p. 87.

HERZER, H. **La geografía de los riesgos**. Geocrítica. 1984. 54 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. 64 p.

HAESBAERT, R. **Um Debate**. Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia. Ano IX – n. 17 – 2007. 15 p.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. IN: Castro I.E. De Gomes P.C.C. ; Corrêa, R.L. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato ; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Geografia do Brasil**: Região Norte. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1978. p. 466.

IBGE. 1983. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980**. Vol I – v. 5 – n. 5. Trabalho do censo demográfico/Mao-Roraima-Amapá. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 468 p.

IBGE. 1985. **Descrição do SAT - Estado de Roraima**. MEMORANDO n ° 147/85 de 11/10/85-Duarte/RR. Volume: II. Diretoria de Geodésia e cartografia - Rio de Janeiro RJ. 389 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 132 p.

IBGE.1991a. **Censo da população 1991 - características gerais da população e instrutor. Resultados da amostra Roraima**, N ° 5. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 108

IBGE.1991b. **censo demográfico de 1991** - situação demográfica, social e económico: Primeiras Considerações. Estado de Roraima. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 25 p.

IBGE.c. 1991. **Técnica Manual da Vegetação Brasileira** / Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, departamento de recursos naturais e Estudos Ambientais - Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1991. 92 p.

IBGE. 1950. **Censo da população 1991 - resultados fazer universo relacionado características como casas de ósmio da população**. N-5 Roraima. Rio de janeiro: IBGE, 1950. 85p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2002, 35 p.

IBGE. **Censo da população**. Roraima. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 90 p.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em 04 dez. 2015.

LAVELL, A. **Gestión de Riesgos Ambientales Urbanos**. 198 p. Disponível em: <<http://desenredando.org>>. Acesso em: 26 de nov. 2014.

LAVELL, A. **Viviendo en Riesgo: Comunidades Vulnerables y Prevención de Desastres en América latina**. Mexico D. F.: La Red, 1994. 300 p.

LEFEBVRE, H. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Península, 1969.

MARX, K. **El Capital**. Habana - Cuba: Ciencias Sociales, 1983. 748 p.

MARX, K. **Manuscritos económicos y filosóficos de 1844**. Santiago - Chile: Austral Ltda, 1960. 150 p.

MASKREY A. ; VELÁSQUEZ, A. **Los paradigmas de la lluvia**. Desastres & Sociedad 3. 1993. 126 p.

MASKREY, A. **Compilador Los Desastres NO son Naturales**. Bogotá D.C. - Colombia: Tercer Mundo Editores, 1993. 320 p.

MELO, A.B.C. **Fenômeno La niña continua em declínio na região do pacífico Equatorial**. Indoclima: Boletim de informações climáticas do CTEC/INPE, BRASILIA, D.F. ano 18, n. 6, jun. 2011. p. 59-99. Disponível em:

<http://infoclima1.cptec.inte.br/rinfo_infoclima/201106.pdf> Acesso em: 20 de jun 2015.

NIMER, E.. Climatologia da Região Norte de Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 34, n. 3. 1972. p. 124-153.

OLIVEIRA, R. G. (Org.). **Projeto Kuwai Kîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. p. 62-63.

OMM / UNESCO. **Glosario hidrológico internacional**. WMO/OMM/BMO, n. 385. Secretaria de la Organización Meteorológica Mundial. Suiza: Berna. 1974. p. 228-249.

OSLENDER, U.. **Espacializando Resistencia: perspectiva del espacio y lugar en las investigaciones de movimientos sociales**. Ed. Cuadernos de Geografía. n. 8. 1999. p.1- 35.

OSLENDER, U. **Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una especialidad de resistencia**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona - España, v. 5, n. 115. (s. e). 2002. 89 p.

PÉREZ, T. **Construir el espacio, en Antropología y Complejidad**. Barcelona - España: Gedisa, 2002. 168 p.

PINTOS, J.L. **Los imaginarios sociales del delito: la construcción social del delito a través de las películas (1930-1999)**. Santiago de Compostela. España. 1999. 129 p. Disponível em: <<http://Web.usc.es/%7Ejlpintos/articulos/index.html>>. Acesso em: 17 de novembro 2005

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Célia França. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em:http://www.acapulco.gob.mx/proteccioncivil/fasiculos/Fasc._Inundaciones_2007_a.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015. 20 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA-RR.1991. **Lei n ° 244, de 6 de setembro de 1991**. Dispõe sobre a Promoção desenvolvimento urbano, intervindas, uso e ocupação só fazer, desenvolvimento de sistemas, parcelas somente fazer da e outras providências. PMBV, 1991. 101 p.

ROBERTSON, R.. “**Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity**”, In FEATHERSTONE, M.,LASH, S., y ROBERTSON, R. (Ed.). **Global Modernities**. Los Angeles: Sage, 1995. p. 19-33.

SACK D. ; ROBERT. **Human Territoriality**. Its theory and history. Estados Unidos: Cambridge, 1986. 51 p.

SACK, R. **El significado de la territorialidad.** In: Pérez Herrero, Pedro. *Historia y Región.* México: Instituto de Investigaciones Mora, 1991. 20 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M.. **Espacio y Método, Geocrítica.** Barcelona - España, v. 12. n. 65. (s. p). 1976. (Cuadernos Críticos de Geografía Humana).

SANTOS, M. (1996a). **Metamorfosis del espacio habitado.** Barcelona: Oikos-Tau, 1996. 27 p.

SANTOS, M. (1996b). **De la totalidad al lugar.** Barcelona: Oikos-Tau, 1996. 33 p.

SANTOS, M. (1996c). **“A força do lugar”, en A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 4.ed. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, plástica. **Evolução geológica da bacia Tacutu, território federal de Roraima.** Manaus: PETROBRAS - DENOC, 1986.

STAEVIE, P.M. **Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periférica PA Amazônia.** Textos e debates. n. 17. 2009. p. 33-51.

STAEVIE, P.M. **Expansão urbana exclusão social e em Boa Vista - Roraima.** Universidade Federal de Roraima, oculus ensaios. 341 n. 13-87. 2014. p. 8-19.

SCHMIDT, J.C.J. **O clima da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, v. 4 n. 3. 1942. p. 465-500.

SILVA, E. S.. **Inventário preliminar árvore espécie das das Florestas dois arredores de Boa Vista, Roraima: uma cartilagem fitossociológica.** 1992. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Programa de Pós-graduação em Biologia Tropical e recursos naturais. Manaus - AM: INPA/FUA, 1992. 196 p.

SILVA, A. **Imaginarios Urbanos – Bogotá y Sao Paulo**: Cultura y comunicación urbana en América Latina. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992. 293 p.

TERRITÓRIO FEDERAL RORAIMA. Especialidade de série. Município de Boa Vista. Boa Vista: Ministério da educação e cultura, 1987. 124 p.

TUAN, Y. F. **Space and Place**. The perspective of experience. Londres: Arnold, 1977. 69 p.

TUAN, Y. F.. **Topophilia**: A Study of Environmental Perception. Attitudes and Values. Nueva York: Prentice-Hall, 1974. 42 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 45 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle.artigo.pdf.index>>. Acesso em 15 de agosto de 2015

TUCCI, C.E.M. **Hidrologia**: ciência e aplicação. Porto Alegre: Ed. Da URGs, 1997. 943 p.

VAN DIJK, T. **A Ideología**. Barcelona - España: Gedisa, 2000. 60 p.

VAN HAMMEN, T. **Savanas da Paleoecologia e paleogeography of** . No. Bourliere. F. Ed. Ecosismems da palavra, 13.1982. p. 19-28.

VALE, A.F. **blues e territorialização**: como Dimensões territoriais dois nordestinos em Boa Vista, RR. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2007.

VERAS, A.T. **A Produção Espaço urbano de programa de Boa Vista-RR**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009.

VERAS, A.T.**Cidade de Boa Vista não roraimense urbano contexto**. Boa Vista: UFRR, 2010.

VALE, A. F. **Migração E Territorialização**: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR. Presidente Prudente: Unesp, 2007. 22 p. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=2467&catid=1&typeid=24&subMenuId=0>>. Acesso em 10 de novembro 2015

WILCHES, G. **La Vulnerabilidad Global**. Bogotá D.C - Colombia. 1989. 80 p.

_____. **La Vulnerabilidad Global**. In: Andrew maskrey, Los Desastres *NO* son Naturales. Bogotá – Colombia: La Red, 1993. p. 9-50.

YORY, C. M.. **Ciudad y Sustentabilidad II. Componentes y contenido de un proyecto sustentable de ciudad a partir del concepto de topofilia**. Universidad Piloto de Colombia. Bogotá: Escala, 2005. 67 p.

YORY, C. M. “La Topofilia: una estrategia innovadora de desarrollo sustentable para las grandes metropolis latinoamericanas en el contexto de la globalización”. en **Revista Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid**. n. 21. Madrid. 2001. 84 p.

ZIMMERMAN, M. **Psicología Ambiental y Calidad de Vida**. Bogota D.C - Colombia: ECO, 1998. 75 p.

APÊNDICE

